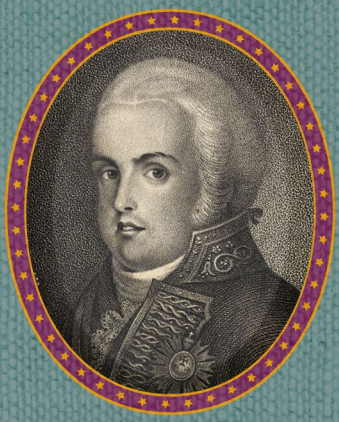
Câmara dos Deputados

D. JOÃO VI

E A CONSTRUÇÃO DAS BASES DO

ESTADO NACIONAL

José Theodoro Mascarenhas Menck



Câmara dos Deputados
56ª Legislatura | 2019-2023

Presidente
Arthur Lira

1º Vice-Presidente
Lincoln Portela

2º Vice-Presidente
André de Paula

1º Secretário
Luciano Bivar

2º Secretário
Odair Cunha

3ª Secretária
Geovania de Sá

4ª Secretária
Rosangela Gomes

Suplentes de secretários

1º Suplente
Eduardo Bismarck

2º Suplente
Gilberto Nascimento

3º Suplente
Alexandre Leite

4º Suplente
Cássio Andrade

Secretário-Geral da Mesa
Ruthier de Sousa Silva

Diretor-Geral
Celso de Barros Correia

Comissão Especial Curadora destinada a elaborar e viabilizar a execução das comemorações em torno do tema "A Câmara dos Deputados e os 200 anos da Independência do Brasil"

Enrico Misasi (coordenador)

Lafayette de Andrada

Luiz Philippe de Orléans e Bragança

Soraya Santos

Marcelo Calero

Gustavo Fruet

Jaqueline Cassol

João Roma

Câmara dos
Deputados

D. JOÃO VI

E A CONSTRUÇÃO DAS BASES DO

ESTADO NACIONAL

Obra comemorativa dos 200 anos
da aclamação de D. João VI

José Theodoro Mascarenhas Menck

edições câmara

Diretoria Legislativa: Luciana da Silva Teixeira
Consultoria Legislativa: Geraldo Magela Leite
Centro de Documentação e Informação: Maria Raquel Mesquita Melo
Coordenação Edições Câmara: Ana Lígia Mendes

Editor responsável: Wellington Brandão
Preparação de originais: Luzimar Gomes de Paiva
Revisão: Pedro Carmo e Danielle Ribeiro
Projeto gráfico e diagramação: Fabrizia Posada
Foto de capa: D. João VI, rei de Portugal, Brasil e Algarves (detalhe). João de Mesquita (1816). Fonte: Biblioteca Nacional de Portugal

Linha Legado.

2018, 1ª ed.; 2022, 1ª ed., 1ª reimpr.

Dados Internacionais de Catalogação-na-publicação (CIP)
Coordenação de Biblioteca. Seção de Catalogação.
Bibliotecária: Débora Machado de Toledo – CRB1-1303

Menck, José Theodoro Mascarenhas.
D. João VI e a construção das bases do Estado Nacional [recurso eletrônico] / José Theodoro Mascarenhas Menck. – 1. ed., 1. reimpr. -- Brasília : Câmara dos Deputados, Edições Câmara, 2022.

"Obra comemorativa dos 200 anos da aclamação de D. João VI".
Versão E-book.
Modo de acesso: livraria.camara.leg.br
Disponível, também, em formato impresso.
ISBN 978-85-402-0677-9

1. João VI, Rei de Portugal, 1767-1826. 2. Primeiro Reinado (1822-1831), Brasil. I. Título.

CDU 929

ISBN 978-85-402-0650-2 (papel) ISBN 978-85-402-0677-9 (e-book)

Direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/2/1998.

Nenhuma parte desta publicação pode ser reproduzida por qualquer meio sem prévia autorização da Edições Câmara.
Venda exclusiva pela Edições Câmara.

Câmara dos Deputados
Centro de Documentação e Informação – Cedi
Coordenação Edições Câmara – Coedi
Palácio do Congresso Nacional – Anexo 2 – Térreo
Praça dos Três Poderes – Brasília (DF) – CEP 70160-900
Telefone: (61) 3216-5833
livraria.camara.leg.br

SUMÁRIO

Apresentação 7

Prefácio 9

Capítulo I – Viva o rei 19

Capítulo II – D. João Maria José, o homem 47

Formação 51

Casamento 61

Regência 66

Capítulo III – O mundo em que viveu. 71

Transmigração da corte para o Brasil 76

Capítulo IV – A obra 85

O ministério no Brasil 86

Abertura dos portos e do comércio 94

Banco do Brasil 99

Imigração 99

Agricultura e pecuária 100

Manufaturas e indústria 103

Os correios, a abertura de caminhos
e situação das capitanias 105

Melhoria da tropa 106
Arquivo cartográfico central 109
Melhoria da cidade e da saúde pública 110
Administração pública, Poder Judiciário e Polícia 111
Centros de estudos superiores 116
Imprensa régia 119
Missão Artística Francesa de 1816 120
Biblioteca Nacional 122
Os hábitos sociais 125
Situação da sede da corte e elevação do Brasil a reino 126
Política externa 127
Capítulo V – A volta **131**
Considerações finais **145**
Referências **151**

APRESENTAÇÃO

A publicação deste livro constitui-se parte importante do conjunto das ações planejadas pela Câmara dos Deputados para as comemorações do Bicentenário da Independência, fato de grandeza incomparável na história nacional.

No ano passado, foi publicado o título *D. Leopoldina, imperatriz e Maria do Brasil*, obra que celebrou a importância, muitas vezes negligenciada, das ações que a primeira Imperatriz teve na emancipação política da nação brasileira. Este livro, o segundo da série de publicações comemorativas do Bicentenário da Independência, apresenta o contexto histórico em que ocorreram a transferência da corte para nossas terras, a aclamação de D. João VI como Rei de Portugal, Brasil e Algarves e o lançamento da infraestrutura do Estado nacional brasileiro.

A recuperação e valorização da memória de uma nação é imprescindível para a construção e para a estabilidade institucional de um país. Não pisa com firmeza o solo do presente o povo que não exalta e respeita seus antepassados, pois se multiplicam as incertezas do futuro quando se diluem as referências que constituem a história dos indivíduos e das nações.

Com os fatos e as interpretações reunidos nesta obra, a Câmara dos Deputados almeja que cheguemos a 2022 mais conscientes dos feitos das gerações que nos

precederam a fim de que o Brasil conserve sua unidade territorial e cultural, afirmando-se como a nação soberana de que todos nos orgulhamos.

Palácio do Congresso Nacional, abril de 2018.

Rodrigo Maia
Presidente da Câmara dos Deputados

PREFÁCIO

A transferência da corte portuguesa para o Brasil, em 1808, constitui um dos episódios mais marcantes da história da formação da nacionalidade brasileira. Para muitos, trata-se do início do processo que, catorze anos mais tarde, culminou com a proclamação da nossa independência política.

De significativa relevância foi a primeira decisão tomada pelo príncipe regente quando aportou no Brasil, ainda em Salvador: a abertura dos portos às nações amigas. Devido à dimensão territorial do país, e dada a incipiente interação entre suas diversas capitanias, as mudanças provocadas pela chegada da corte foram sentidas mais intensamente, no seu primeiro momento, na cidade do Rio de Janeiro, eleita para sede do Reino. Seus reflexos, contudo, foram experimentados em todo o país.

De imediato, a então capital do vice-reino do Brasil sofreu o abalo do afluxo dos cerca de 1.500 novos habitantes[1], que acarretou grandes transformações na vida da cidade. À medida que a corte se instalava, foram-se produzindo significativas modificações não só de caráter urbanístico, mas também institucional, a partir da obra executiva e legislativa de D. João. Entre elas, destacam-se a criação do

1 Os números dos que acompanharam D. João variam conforme os historiadores.

Banco do Brasil, do Museu Nacional, da Biblioteca Real, da Imprensa Régia, do Horto Botânico – o hodierno Jardim Botânico –, entre tantas iniciativas que lançaram as bases sobre as quais se forjou a nacionalidade brasileira.

Sem dúvida, transplantar todo o aparelho burocrático de um Estado para além-oceano é um feito de magnitude impressionante, mesmo para os dias atuais, quanto mais para as condições da época. Significou transferir milhares de pessoas, toneladas de documentos e de livros, além do Tesouro Real. Graças a essa aventura espetacular, talvez a única de seu gênero em toda a história, os Bragança sobreviveram à convulsão da velha ordem europeia e à investida napoleônica. Assim, mostraram-se dignos representantes daqueles antigos navegadores que

> Em perigos e guerras esforçados
> Mais do que prometia a força humana,
> E entre gente remota edificaram
> Novo Reino, que tanto sublimaram.[2]

Esta publicação, de autoria do consultor legislativo Dr. José Theodoro Mascarenhas Menck, relembra o episódio dando realce à obra joanina. Apoiando-se em sólida bibliografia e fazendo menção a relatos da época, o texto aborda as causas e consequências da mudança da corte portuguesa para o Brasil. E, sob o pano de fundo dos eventos

2 Os Lusíadas, Canto I. Camões.

históricos, procura traçar um perfil fidedigno da personagem central dessa façanha: D. João Maria José Francisco Xavier de Paula Luiz Antônio Domingos Rafael de Bragança e Bragança, ou, mais simplesmente, D. João VI, assim aclamado, em 1818, no Rio de Janeiro, como *El Rey* do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'Aquém e d'Além-Mar em África, Senhor da Guiné e da Conquista, Navegação e Comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia.

Apesar do nome e do título caudalosos, D. João sempre foi visto por seus contemporâneos como soberano comedido, afável e até mesmo bonachão. Atendia a quase todos que lhe solicitavam alguma mercê, recebendo por isso a alcunha de "O Clemente". Nas últimas décadas, entretanto, fruto de uma interpretação errônea dessas características de seu temperamento, bem como dos preconceitos que cercam uma parcela de nossa historiografia recente, foi retratado como fraco e indeciso. Tal imagem pode ter sido reforçada pelas obrigações que lhe foram impostas em decorrência da tradicional política externa portuguesa de neutralidade, a qual, no início do século XIX, mostrou-se inadequada para resolver o dilema de confrontar tanto os interesses britânicos quanto o projeto imperialista francês de Napoleão Bonaparte.

Nesse contexto, D. João adiou o quanto pôde a decisão sobre o deslocamento da corte, que, aliás, não era ideia nova e ressurgia a cada momento de instabilidade. Em 1580, na época da União Ibérica, o prior do Crato,

um dos postulantes ao trono ocupado pelo rei espanhol Felipe II, foi encorajado a viajar para o Brasil a fim de constituir aqui um império. Durante a restauração da independência portuguesa em relação à Espanha, em 1640, o padre Antônio Vieira também sugeriu a D. João IV que se retirasse para o Novo Mundo. Plano semelhante foi apresentado a D. João V (1706-1750), por seu ministro D. Luís da Cunha, e a D. José (1750-1777), quando seu reino foi ameaçado por invasões – francesa e espanhola –, ao longo da Guerra dos Sete Anos (1756-1763).

Coube a D. João VI, ainda na regência do trono português, realizar o plano há tanto tempo concebido. Após muita hesitação, justificável, convém ressaltar, dadas as dificuldades logísticas e os riscos implicados na travessia do oceano, o regente e sua comitiva partiram da foz do Tejo em 29 de novembro de 1807. Assim, tangido pelas circunstâncias, o homem tido como fraco e indeciso escapou do destino ao qual sucumbiram tantos soberanos europeus de sua era, resumido a seguir nas palavras do diplomata e historiador Manuel de Oliveira Lima (1867-1928):

> De facto, si lançarmos os olhos para a Europa de 1807, veremos um extraordinário espectaculo: o Rei da Hespanha mendigando em solo francez a protecção de Napoleão; o Rei da Prússia foragido da sua capital occupada pelos soldados francezes; o Stathouder, quasi Rei da Hollanda, refugiado em Londres; o Rei das Duas Sicílias exilado da

> sua linda Napoles; as dynastias de Toscana e Parma, errantes; o Rei do Piemonte reduzido à mesquinha corte de Cagliare, [...] o Doge e os X enxotados do tablado politico; o Czar celebrando entrevistas e jurando amizade para se segurar em Petersburgo; a Escandinavia prestes a implorar um herdeiro dentre os marechais de Bonaparte; o Imperador do Sacro Império e o próprio Pontífice Romano obrigados de quando em vez a desamparar seus tronos que se diziam eternos e intangíveis.[3]

Ao transferir a corte, D. João executou inteligente estratégia: deslocou o centro do império para o estado brasileiro, que produzia quatro quintos da receita do Tesouro; refugiou-se em local seguro e privilegiado em termos de articulação de rotas marítimas; e, na sequência dos acontecimentos, acabou assegurando aos Bragança os tronos de Portugal e do Brasil. Em razão disso, chegou mesmo a ser elogiado por Napoleão Bonaparte, que, ao ditar suas memórias, em seu último exílio, na ilha de Santa Helena, teria declarado: "O Bragança foi o único que me enganou".

A derrota definitiva da França não trouxe a esperada paz à Europa. A efervescência terminou por contagiar Portugal, onde em 1821 surgiu um movimento

3 Manuel de Oliveira Lima, Dom João VI no Brasil, 1808-1821, Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, 1908, pág. 46.

constitucionalista que passou a exigir a volta da família real. Embora tivesse a intenção de permanecer em terras brasileiras, D. João foi mais uma vez obrigado a ceder, retornando à Europa, porém não sem antes tomar a precaução de aqui deixar seu filho Pedro, como príncipe regente do Reino do Brasil, condição a qual ele mesmo já havia elevado o Brasil em 1815.

Acreditamos ser possível vislumbrar, nas entrelinhas de sua atuação política, a intenção do monarca em manter as duas coroas unidas – Portugal e Brasil. Os acontecimentos, no entanto, tomaram rumo diverso. D. Pedro, ao converter-se na figura-chave do movimento que tornou o Brasil independente, tornou inviável a manutenção da união dos dois países, mas essa é outra história...

A presente obra oferece ao leitor excelente oportunidade de entender a trajetória de D. João VI no contexto de sua época. Com esse objetivo, em cinco capítulos, descreve de modo vívido a cidade do Rio de Janeiro e a cerimônia de Aclamação; resgata detalhes da biografia de D. João, sua infância, sua formação, seu casamento conturbado e seu período da regência; põe em relevo a situação do mundo em que viveu e os motivos que o levaram a optar pela transferência da corte; destaca a obra realizada por ele no Brasil, as medidas administrativas implantadas, as instituições criadas, as transformações sociais havidas; e, finalmente, narra os fatos relacionados à sua volta, mesmo a contragosto, para Portugal.

Revelando admiração e respeito pela personagem e pelas suas realizações, mas sem perder a objetividade, o autor traça esclarecedor painel do episódio que marcou indelevelmente as histórias de Portugal e do Brasil. No âmbito dos preparativos da celebração do bicentenário da Independência, acrescenta assim relevante contribuição aos estudos que visam proporcionar melhor entendimento do processo de construção das bases do Estado nacional brasileiro.

Brasília, abril de 2018

Deputado Evandro Gussi
Coordenador da Comissão Especial
Curadora Responsável pelos Festejos
do Bicentenário da Independência

I

VIVA O REI

CAPÍTULO I

Viva o rei

> De todas as festas reais celebradas no Rio de Janeiro, as mais solenes e deslumbrantes foram as da aclamação de D. João VI, em fevereiro de 1818, com o seu seguimento em outubro do mesmo ano. (LIMA, 1996, p. 608)

O final da primeira década dos anos 1800 reservou à cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro uma série de grandiosos eventos que sacudiram a, até então, pacífica e provinciana cidade.

Luís Edmundo, em seu livro *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis: 1763-1808*, nos apresenta o estado pouco lisonjeiro da cidade que nossos maiores habitaram. A cidade era pequena, suja, provinciana, modorrenta e pobre (EDMUNDO, 2000, passim). Principalmente suja e, por conseguinte, doente.[4] Pois nela, o esgoto com a

4 "O tifo, a varíola e outras doenças malignas tinham, entretanto, aqui definitivamente plantado tenda. Morre-se como não há memória de se morrer tanto, no Brasil. Os relatórios que vão para a Metrópole, porém, falam bem pouco de tais assuntos. Epidemias!
Para sustá-las é praxe, no Brasil, atirar às ruas espessas manadas de bois, varas de porcos, rebanhos de carneiros, esperando que a Divindade os fulmine, transferindo para eles a cólera que tanto aos homens prejudica." (EDMUNDO, 2000, p. 16)

imundície corria a céu aberto e o odor de putrefação das mais diversas carcaças empesteava o ar de forma generalizada. A tal ponto chegava o desagradável cheiro, que o primeiro dos vice-reis, D. Antônio Álvares da Cunha, o conde da Cunha, não conseguiu se acomodar no prédio que o antigo governador da capitania do Rio de Janeiro, o conde de Bobadela, erigira no Largo do Carmo, para funcionar como sede da administração reinol no centro da cidade, no que viria a ser o Paço da Cidade. O conde da Cunha preferiu administrar de longe, do alto do Morro do Castelo, onde o vento afastava o odor da cidade.

Tudo iria mudar quando da transmigração da família real em 1808. Naquele ano, várias mudanças, em todos os setores da sociedade, teriam início e marcariam definitiva e indelevelmente não apenas a cidade, mas transbordariam para todo o país. Assim, faz-se mister louvar a "resolutíssima vassoura do Sr. Paulo Fernandes Viana", intendente da polícia nomeado por D. João, que tomou a peito a função de tornar o Rio de Janeiro digno de seu rei. Para o restante do país, os treze anos de administração joanina fizeram com que deixasse de ser um amontoado de capitanias, todas mais ou menos independentes entre si, e se consolidassem como um ente político único, ainda que frágil. De colônia transformara-se em reino.

As ingentes consequências da obra de D. João foram sentidas por seus contemporâneos, tanto na porção ame-

ricana quanto na europeia de sua monarquia, o que gerou contentamento de uns e recriminações de outros.

Simbolicamente, a obra joanina encontra seu momento culminante, seu apogeu, em 1818, quando da cerimônia de aclamação do rei D. João, o sexto deste nome. Ali, simbolicamente, D. João dava por consolidada sua tarefa de construção, na América, de um grande império, uma promessa que fez ao ser constrangido a deixar a Europa. Se não construíra, D. João lançara as bases de uma nova nação na América.

Podemos hoje conhecer os detalhes da cerimônia de aclamação de D. João VI como *o rei do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, d'aquém e d'além mar em África, senhor da Guiné, e da conquista, navegação e comércio da Etiópia, Arábia, Pérsia e Índia* por intermédio de dois cronistas contemporâneos: Bernardo Avelino de Souza, cujo texto é de 1818, e padre Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca,[5] que publicou seu livro em 1825.

Ambos enfatizam a riqueza e o esplendor dos festejos. Minuciosamente preparada, feita para ser extraordinariamente deslumbrante, a festa deveria representar não apenas a grandeza da monarquia bragantina, renascida das dificuldades que as guerras napoleônicas lhe

5 A alcunha "padre Perereca" com que ficou conhecido nosso cronista advém do aspecto físico do prelado. Baixo, gordo e com os olhos salientes.

tinham submetido, mas também o acerto e clarividência da política americana de D. João.[6]

> ... já o seu nome [Brasil] se tinha feito célebre entre os povos da terra, que à porfia correm de todas as partes a demandar os seus portos. Já os poderosos Monarcas Europeus enviam ante o Trono, o primeiro erecto e firmado na América, Embaixadores, Enviados e ministros, a prestar as suas congratulatórias homenagens. (SANCTOS, 1825, p. 211)

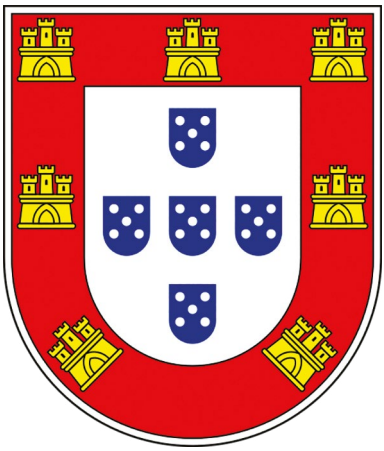
Assim, em claras e óbvias alusões à elevação do Brasil ao *status* de reino, da abertura dos seus portos ao comércio mundial e da consolidação do Brasil como sendo a sede da monarquia, o padre Luiz Gonçalves dos Santos, o padre Perereca, cronista do governo joanino no Brasil, iniciou a terceira parte de suas crônicas, que denominou *Época terceira: glória do Brasil*.

A crônica da época de glória do reino do Brasil inicia-se justamente com a notícia da cerimônia de aclamação de D. João VI:

6 Jacqueline Hermann declara que há "um Plano das ordens que seriam executadas no dia do cerimonial de aclamação de D. João, elaborado pela mordomia-Mor da Casa Real, que consta como guardado sem data no Arquivo Nacional, que previa o dia 6 de janeiro e não de fevereiro para a festa e pode muito bem ter sido preparado para celebrar a cerimônia em 1817". (HERMANN, 2008, p. 27)

> ... quando para cúmulo de tanta honra chegou também o dia da Glória com a exaltação ao Trono do Primeiro Soberano, que cingiu a Coroa no novo mundo. Tal foi o dia 6 de fevereiro deste presente ano de 1818, dia sempre glorioso, e memorável nos Fastos brasileiros, em que vimos representar-se na Praça principal desta Corte do Brasil a cena a mais magnifica, e brilhante, que se pode imaginar, e cuja descrição, por mais eloquente, que possa ser, apenas poderá rastejar a grandeza, e sublimidade desta Real Cerimônia. (SANCTOS, 1825, p. 211, 212)

A escolha da data não foi um mero acaso. Dentro da simbologia que cercava todos os eventos vinculados à monarquia, de cuja importância D. João, ao longo de toda sua vida, sempre deu provas, foi escolhido o dia no qual a igreja lusitana fazia a solene comemoração das "Sacrosanctas Chagas do Divino Redemptor, na 1ª Sexta Feira da Quaresma" que, naquele ano, caiu no dia 6 de fevereiro. As chagas de Cristo, desde sempre, figuraram no escudo do reino de Portugal, tendo sido escolhidas por D. Afonso Henriques, o primeiro monarca lusitano, como símbolo do reino e figurando no escudo da nação lusitana até hoje.



Design atual do escudo da bandeira portuguesa com a representação das chagas de Cristo ao centro em azul.

https://pt.wikipedia.org/wiki/Bandeira_de_Portugal#/media/File:Portuguese_shield.svg

Uma questão, porém, se coloca. Por que D. João VI esperou por quase dois anos para ser aclamado rei?[7]

É fato que, desde o falecimento de sua mãe, D. Maria I, ocorrido em 20 de março de 1816, D. João já utilizava o título real. Discutidas são as razões pelas quais D. João retardou por tanto tempo a cerimônia de sua aclamação. O principal cronista do tempo, o padre Perereca, assim nos apresenta o problema:

7 Esta solenidade fazia, em Portugal, as vezes de uma coroação, e por vezes os monarcas diziam terem sido coroados, o que tem levantado confusões entre historiadores. No entanto, quando da restauração da Independência do reino de Portugal, em 1640, D. João IV proclamou e coroou Nossa Senhora da Conceição como rainha e padroeira de Portugal. Desde então os monarcas lusos nunca mais cingiram a coroa. Os reis da dinastia de Bragança não eram coroados, eram apenas aclamados.

> Depois de termos chorado, e sufragado a Nossa Rainha de saudosa memória, cumpria, segundo o antigo uso e costume da Nação Portuguesa, que o Senhor D. João VI fosse logo aclamado Rei do Reino-Unido de Portugal, Brasil e Algarves com toda pompa, e solenidade; mas a Piedade de Sua Majestade fez deferir esta augusta cerimônia para uma época mais longínqua, não querendo misturar com lágrimas, que ainda vertiam os seus olhos, outras, que não fossem exprimidas pela dor, e saudade de sua Augusta Mãe; por tanto determinou El Rei Nosso Senhor que depois de passar o ano de luto se faria a sua Aclamação no dia, que o Mesmo real Senhor fosse servido designar. (SANCTOS, 1825, p. 70)

Manuel Oliveira Lima, além repetir as razões indicadas pelo padre Perereca, agrega dificuldades políticas criadas em Portugal para a realização de tão importante cerimônia no Brasil. (LIMA, 1996, p. 609)

Já Jacqueline Hermann diz que a demora na realização da cerimônia "parece indicar a frágil coesão social" do reino de Portugal, basicamente em razão da contestação ao modelo absolutista da monarquia portuguesa. (HERMANN, 2008, p. 27)

O fato é que, não obstante as discussões historiográficas, a cerimônia de aclamação de D. João VI veio no momento culminante de seu governo no Brasil, marcando festivamente o ápice de sua administração.

A cerimônia foi procedida por bandos do Senado da Câmara da muito leal e heroica cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro[8] que, aos 28 de janeiro de 1818, correram pela cidade fazendo saber a todos os seus habitantes o decreto real por meio do qual o monarca marcava o dia de sua aclamação. *In verbis*:

> E sendo justo que, conforme o uso antigo, costumes destes reinos, se faça o juramento, preito e homenagem, pelos grandes títulos, seculares e eclesiásticos, vassalos e mais pessoas de nobreza: fui servido nomear o dia 6 do mês próximo futuro para esta solenidade, que se há de celebrar na varanda que para este efeito se mandou levantar no terreiro do Paço. (HERMANN, 2008, p. 27)

8 Para comemorar com brilho e pompa certas datas do calendário real reuniam-se os senhores do Senado da Câmara e organizavam festas extraordinárias, festas espaventosas. (...)
Saíam os almotacés a cavalo, em bando, pelas ruas da cidade, a anunciar ao povo os festejos decididos. Iam ruidosos e chibantes, fazendo dançar as alimárias portentosas e irrequietas, e mostravam xairéis do melhor veludo, roupas de seda da melhor qualidade, as crinas e os traseiros enfitados. E logo foguetaria atrás. Foguetes do ar, com os seus bárbaros e neurastenizantes estouros, a bombada infalível da colônia, que sempre definiu, com indiscrição e bulha, o regozijo desenfreado do reinol!
Pelas praças ou pelas encruzilhadas das ruas, pelos lugares onde o povo se fizesse mais numeroso ou agitado, retesavam-se rédeas, continham-se ginetes, e do bando, então, um se destacava que lia o edital dos festejos. Rufar estrepitoso de tambores. Soar de clarins. Girândolas de fogos do ar... recomeçava a cavalgada alvissareira sua corrida tumultuosa. (EDMUNDO, 2000, p. 123, 124)

Voltemos ao nosso cronista.

Tendo sido marcada a data da aclamação, que deveria ser feita "com todas as formalidades costumadas em Lisboa nas Aclamações dos Senhores Reis seus Augustos Predecessores", a cidade despertou e o povo "se encheu do maior prazer". A azáfama tomou conta da cidade. Com grande fervor se começou a trabalhar por toda parte nos preparativos das iluminações, e outras públicas "demonstrações do aplauso desta tão suspirada, e nunca vista no Brasil, solenidade Real e nacional". (SANCTOS, 1825, p. 212)

A convocação do povo repetiu-se com a realização de novo bando do Senado da Câmara no dia 5 fevereiro. Tendo este novo anúncio sido feito com grande pompa e luzimento "nunca visto até agora nesta Corte, tanto pelo número das pessoas, que formaram a cavalgada, como pelo asseio e riqueza com que se apresentaram, especialmente o Senado da Câmara, e os seus Oficiais". Por toda parte, por onde passava o brilhante cortejo, "as janelas se bordavam de senhoras, e as ruas se atulhavam de imensas pessoas de todos os sexos, idades e condições, com todos os sinais externos do prazer". (SANCTOS, 1825, p. 213, 214)

O dia 6 de fevereiro nasceu reluzente. As praças saudaram o nascer do sol com estrepitosas salvas, no que foram seguidas pelas naves de guerra existentes na Baía da Guanabara. As naus, tanto as de guerra como as mercantes, logo se embandeiraram, o mesmo fazendo as estrangeiras ancoradas na baía. Como primeiro compromisso do dia,

o rei, acompanhado de sua família e "grande número de pessoas" se dirigiu à capela real e ordenou que se cantasse a missa das chagas e a de invocação ao espírito santo, que foi rezada com "régia pompa". Naquele dia, pregou o frei José de Nossa Senhora de Monserrate, da província da Arrábida,[9] orador sacro de cujo alto prestígio chegou testemunhos até nós. Consta que soube encantar o auditório. Terminada a missa, "muito depois do meio dia", o rei voltou ao paço para se preparar para a cerimônia da aclamação.

O paço estava todo ornado de cortinados de damasco carmesim, do mesmo modo, todos os edifícios que formam o quadrado do Largo do Paço estavam enfeitados. Todas as janelas e balcões estavam ocupados de "senhoras vestidas de gala, e ornadas com muita riqueza". No meio da praça, se elevava um obelisco "à imitação das agulhetas do Egito, que se vêm erectos hoje nas principais praças de Roma". Na frente do chafariz, no lado do mar, se via erigido um soberbo arco de triunfo, à romana. Mais adiante, no mesmo lado do mar, e quase fronteiro ao prédio do paço, foi ereto um "templo grego" consagrado a Minerva.

A varanda, de que Debret (1854, tomo 3, pl. 38) nos legou uma imagem, ocupava a integralidade do lado do paço que se debruça para o largo. Segundo as medidas

9 Não confundir com o Fr. Antônio de Arrábida, bispo de Anemúria, amigo, mestre e conselheiro de D. Pedro I. Outra personagem histórica contemporânea.

da época, tinha "de cumprimento duzentos e cinquenta palmos, ou mais ainda, e a largura de quarenta pouco mais ou menos". Encimava a varanda uma cornija ornada de troféus e estátuas que representavam a Justiça, a Fortaleza, a Temperança, a Glória (que, de frente para a rua Direita, sobressaía-se em um pedestal mais alto). A varanda continha dezoito arcos, sendo que, no centro, localizava-se o arco principal, saliente, destacando-se dos demais, sobre o qual foram afixadas as armas reais do reino unido. No alto da cúpula do pavilhão central, notava-se a figura da Fama, embocando uma trombeta. Altas colunas entre os arcos sustentavam a construção, entre cujos pedestais corria bela balaustrada.

Vista exterior da galeria de aclamação do rei D. João VI (Rio de Janeiro). Jean Baptiste Debret (1834-1839).

Biblioteca Pública de Nova York. Divisão de Arte de Miriam e Ira D. Wallach. Pranchas e fotografias: coleção impressa: 1834 -1839. Disponível em: <http://digitalcollections.nypl.org/items/510d47df--7b91-a3d9-e040-e00a18064a99>.

Se a beleza era a característica externa principal da varanda, o luxo era sua característica interna. "Este extenso e soberbo salão" havia sido dividido em três naves. O teto da nave principal foi dividido em nove painéis, com molduras de ouro brunido e, do mesmo modo, eram douradas as cimalhas em roda do salão, e todos os mais ornados de escultura. Os painéis do teto representavam emblemas alusivos às virtudes reais "por todos bem reconhecidas na Real Pessoa de Sua Majestade", acrescentaria nosso cronista. Eram elas: magnanimidade, liberalidade, sabedoria, autoridade, magnificência, piedade, religião, prêmio e amor à virtude. Antes de se entrar na varanda, foi erigido um vestíbulo, em cujo teto foram pintadas as armas reais, sempre emolduradas em ouro. Pelo vestíbulo e pelo salão pendiam ricos lustres de cristal. Cortinas de seda carmesim ornavam o vão dos arcos, e as paredes eram guarnecidas de tecidos adamascados na mesma cor, com detalhes de ouro.

Na nave principal foi construído um estrado, com três degraus, alcatifados por ricos tapetes; por sobre o último, foi instalado o trono. A seu lado, uma mesa, onde foram depositados a coroa, o cetro, o crucifixo e o missal, tudo coberto com um véu de seda e ouro.

Na base do pavilhão principal, ao rés do chão, havia um recinto semicircular, cercado por uma balaustrada, dentro do qual se instalaram os músicos, vestidos

com fardas de veludo encarnado com galões de ouro. (SANCTOS, 1825, p. 219, 220)

Desde o meio-dia, a concorrência do povo, "que de todas as partes afluíam para o Terreiro do Paço" era imensa. "Muitos milhares de pessoas", declara nossa testemunha, vieram não apenas do "recôncavo" da cidade, mas também de muito longe; e mesmo "não poucas" de São Paulo e das Minas Gerais. Ademais, viam-se misturados com os nacionais não apenas reinóis, mas também ingleses, franceses, alemães, italianos, espanhóis e até chineses.[10] (SANCTOS, 1825, p. 217)

Manuel Oliveira Lima lembra que, entre a massa compacta aglomerada diante da galeria, destacavam-se pelotões de infantaria, esquadrões de cavalaria "postados com receio de alguma manifestação de descontentamento da parte do elemento português pelo fato de ter lugar a aclamação no Brasil". (LIMA, 1996, p. 609)

Pelas quatro horas da tarde, saiu D. João de seus aposentos e se dirigiu em procissão para a varanda. Tinha início a cerimônia propriamente dita. O rei, tendo diante de si o infante D. Miguel e o príncipe real D. Pedro, sendo estes antecedidos pelos grandes títulos, bispos e oficiais de sua real casa, todos de cabeça descoberta e

10 Efetivamente, no século XVIII, houve um grande intercâmbio comercial com Macau, parte integrante do império colonial português. Ademais, D. João VI mandara vir várias famílias de agricultores chineses para o Rio de Janeiro para iniciar o cultivo do chá no país. Experiência que não foi bem-sucedida.

portando suas insígnias. Depois dos oficias da casa real, vinha o ministro e secretário de Estado do reino, Thomaz Antônio Vilanova Portugal,[11] seguido pelo meirinho-mor do reino, com sua vara, o bispo capelão-mor, o alferes-mor, com o estandarte real enrolado, e o capitão da guarda. D. Miguel, como condestável, portava um estoque desembainhado. (SANCTOS, 1825, p. 223)

D. João, o único que vinha de cabeça coberta, ao aparecer no balcão, foi ovacionado pela multidão. Pela primeira vez, D. João se apresentava "em todo esplendor da realeza" aos seus súditos. Portava um manto real de veludo carmesim, bordado com as armas reais em ouro, preso por um magnífico broche de diamantes. Trazia à cabeça chapéu com plumas brancas ornado com presilha e laço de brilhantes. Ao pescoço, pendia-lhe o tosão de ouro. Estava decorado com as insígnias máximas de todas as ordens portuguesas de cavalaria. O conde de Parati, servindo de camareiro-mor, sustentava a cauda do manto. Todo o vestuário do rei era bordado de ouro, e por toda parte brilhavam diamantes e pedras preciosas.

Ao entrar na varanda, os menestréis tocaram as charamelas, as trombetas e os tambores, recebendo

11 Thomás Antônio Vilanova Portugal, homem de confiança de D. João, à época acumulava, sozinho, todas as pastas do ministério: Ministério dos Negócios do Reino; dos Estrangeiros e Guerra; do Erário e da Marinha. Na véspera, D. João havia nomeado o oitavo conde dos Arcos, Marcos de Noronha e Brito, o último Vice-Rei do Brasil, e então governador da Bahia, herói na repressão da insurreição pernambucana de 1817, para vir compor o ministério. O conde dos Arcos, que nunca chegou a gozar da mesma confiança de que Thomás Antônio Vilanova Portugal gozava junto ao rei, desembarcou no Rio de Janeiro no dia anterior à Aclamação.

vivas e aplausos do povo que a tudo assistia da rua. O rei dirigiu-se então ao trono, onde recebeu o cetro de ouro maciço, levado em uma rica salva dourada, que lhe foi oferecido pelo visconde de Rio Seco.

Uma vez instalado o rei em seu trono, o secretário de Estado Thomás Antônio Vilanova Portugal fez sinal para que o rei de armas autorizasse o desembargador do paço, Luiz José de Carvalho e Mello, a subir no estrado e fazer a prédica ao rei, segundo o antigo costume. O desembargador, seguindo o cerimonial, deu início a sua peroração com o consagrado brado: "Ouvi, ouvi, ouvi, estai atentos". Em seguida recitou "uma eloquente e bela oração" e retirou-se para seu lugar, junto aos magistrados superiores e a deputação da Universidade de Coimbra.[12]

Aclamação do rei D. João VI. Gravura de Thierry Frères a partir de desenho de Jean-Baptiste Debret (1839).

BNDigital

12 Por privilégio real, concedido por D. João VI, a deputação da Universidade de Coimbra que tinha vindo assistir à sua Aclamação foi colocada e tratada com os mesmos privilégios e distinções dos magistrados dos Tribunais Superiores. (SANCTOS, 1825, p. 154)

Adiantou-se então o bispo capelão-mor, que recebeu dos mestres de cerimônia da real capela um evangelho aberto e, sobre ele, um crucifixo de prata. Colocou ambos sobre a mesa próxima ao rei, e ajoelhou-se, o mesmo fazendo os demais bispos, que seriam as testemunhas do juramento real. O rei, saindo de seu trono, colocou-se também de joelhos, pôs a mão sobre a cruz e o missal e, repetindo as palavras que lhe foram lidas por seu secretário de Estado, perante o bispo capelão-mor, jurou respeitar as liberdades e direitos de todos os seus súditos.[13]

A fórmula do juramento real teria sido a seguinte:

> Juro e prometo com a Graça de Deus vos reger, e governar bem, e direitamente, e vos administrar direitamente justiça, quanto à humana fraqueza permite; e de vos guardar vossos bons costumes, privilégios, graças, mercês, liberdade e franquezas, que pelos Reis meus predecessores vos foram dados, outorgados e confirmados. (SERRÃO, 1979, v. V, p. 42)

13 Manuel de Oliveira Lima (1996, p. 609) declara que quem recebeu o juramento real foi o Juiz do Povo. *In verbis:*

> Pela primeira e última vez no reino americano desempenhou o seu papel o Juiz do Povo da antiga monarquia, o tradicional tribuno popular que em Lisboa era eleito pela Casa dos 24 e que no Brasil ainda exercia uma autoridade que se não podia chamar um simulacro, pois que dispunha para sua afirmação da sanção penal. No cumprimento da sua missão de defender o povo contra as arbitrariedades do poder, fez o já em todo caso arcaico magistrado de depositário da real promessa de respeitar a religião, as leis e os privilégios populares.

Depois de o rei voltar a seu trono, o ministro secretário de Estado se dirigiu à assembleia e leu em voz alta a fórmula do juramento, preito e homenagem, que se devia prestar a sua majestade. *In litteris:*

> Juro nos Santos Evangelhos tocados corporalmente com a minha mão, que eu recebo por nosso Rei, e Senhor Verdadeiro e Natural, o Muito Alto, e Muito Poderoso, o Fidelíssimo Rei D. João VI, Nosso Senhor, e lhe faço preito, e homenagem segundo o foro destes Reinos. (SERRÃO, 1979, v. V, p. 42)

Desde então, o rei passou a assistir aos juramentos de vassalagem, seguidos do beija-mão, que lhe prestaram o príncipe real, D. Pedro, e o infante, D. Miguel.

Após o juramento dos príncipes reais, desenrolou então o alferes-mor a bandeira real, e o rei de armas convidou os "Grandes, Títulos, nobreza, etc. a prestarem o juramento, sem precedência, e assim o fizeram os Grandes, Títulos Eclesiásticos, e Seculares, Ministros dos Tribunais, Fidalgos e mais pessoas da Nobreza". Findo o ato, o ministro e secretário de Estado, após consultar o rei, comunicou em alta voz que aceitava o juramento dos seus vassalos, nos seguintes termos: "El Rey, nosso Senhor, aceita os juramentos, preitos e homenagens que os Grandes, Títulos Seculares, Eclesiásticos, e

mais pessoas da Nobreza que estais presentes, agora lhes fizestes". (SERRÃO, 1979, v. V, p. 43)

Em seguida, o alferes-mor, com a bandeira desenrolada bradou: "Real, Real, Real, pelo Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Rei D. João VI Nosso Senhor", brado esse repetido por todos.

O alferes-mor se dirigiu então ao parapeito e bradou ao povo: "Ouvi, ouvi, ouvi, estai atentos. Real, Real, Real, pelo Muito Alto e Muito Poderoso Senhor Rei D. João VI Nosso Senhor". Apenas dito isso, o clamor popular se fez ouvir, ao mesmo tempo das bandas, do repique dos sinos, do estrondo dos foguetes, das salvas da esquadra e das fortalezas, tudo em confuso e alegre alarido. (SANCTOS, 1825, p. 228)

Concluída essa aclamação popular, voltando os alferes-mor e rei de armas para seus respectivos lugares, levantou-se o rei e se dirigiu, pela varanda, para a capela real, não sem antes, em um gesto não protocolar mas de muita sensibilidade, dirigir-se pessoalmente ao parapeito para, saudando seus súditos com afabilidade e risonho, tirar-lhes o chapéu três vezes, inclinando sua cabeça, de uma maneira afetuosa e espontânea, que não havia demonstrado aos grandes. Tal inesperado gesto levantou nova e acalorada ovação pública. De acordo com o relato do padre

Perereca, o monarca D. João recebeu "com lágrimas nos olhos" os vivas e aplausos que lhe eram dirigidos.[14]

Encaminhou-se então à capela real, parando em cada um dos arcos que compunham a varanda, sempre para responder aos vivas, para ouvir um solene *Te Deum Laudamus*, oficiado pelo bispo capelão-mor e por todo o cabido. Assim que entrou na igreja, D. João ordenou que ela fosse franqueada a todo o povo, "a qual repentinamente se encheu de sorte que nem o dízimo dos que pretenderam entrar puderam achar lugar, apesar da extensão deste Templo". A igreja estava ricamente ornada e iluminada.

O cerimonial terminou por volta das oito horas na noite.

A varanda estava "brilhantemente iluminada", assim como toda a cidade. As obras construídas para a ocasião tinham iluminação própria, o que, em uma época em que não existia iluminação pública, provocou um efeito estrondoso em todo o povo. (SANCTOS, 1825, tomo II, p. 234 e seg.)

Conforme já foi dito, o Largo do Paço oferecia todo ele um aspecto festivo. À beira do cais mandara o Senado da Câmara levantar, por Grandjean de Montigny, um templo de Minerva, em que se viam a estátua da diva

14 Se até então os vivas e aplausos haviam quase sem interrupção, agora, tocados todos de uma chama elétrica, redobravam os clamores; os lenços voavam pelos ares, as lágrimas de alegria rebentavam dos olhos em borbotões. Os oficiais e soldados faziam novas continências com suas espadas e armas. (...) que cena tão brilhante, tão sublime. (SANCTOS, 1825, p. 230 e seg.)

protegendo o rei e, na sua entrada, em relevo, as figuras da Poesia, da História e da Fama, bem como os rios principais das quatro partes do mundo no ato de tributarem seus principais produtos comerciais.

Em face do chafariz de mestre Valentim, ergueu-se um arco do triunfo, obra de Debret, edificado pela Junta Real de Comércio. Ostentava cenas alusivas ao desembarque de D. João no Brasil e a proteção por ele dispensada às artes e ao comércio.

No centro do largo, um obelisco, obra de Taunay.

Como pudemos ver, o arranjo da praça fora confiado aos artistas franceses que assim, ironicamente, deram a uma solenidade típica de *l'Ancien Régime* uma moldura tipicamente imperial, napoleônica, que continuou prevalecendo na França de Luiz XVIII. Assim, foi natural que ao cônsul, encarregado de negócios do restaurado reino da França, coronel Jean-Baptiste Maler, a decoração do Largo do Paço, recordasse a decoração de Paris, "não tendo Grandjean feito mais do que reeditar o templo construído *ad hoc* no *Pont-Neuf*".[15]

Obelisco, arco e templo acendiam-se à noite, clareando a baía, onde se destacavam as fogueiras ardendo sobre os morros da Praia Grande, atual Niterói. As iluminações mais brilhantes, contudo, foram as do Campo de Sant'Ana, transformado em jardim, com um palacete

15 Ofício de 7 de fevereiro de 1818, do Coronel Maler ao Duque de Richelieu. (LIMA, 1996, p. 610)

central de madeira, cujos terraços serviam de tribuna à família real, com fortins nos quatro cantos, em cujas esplanadas tocavam músicas e em cujas salas d'armas se serviam café e refrescos. À noite o jardim aclarava-se "como se fosse dia". Circundavam o tanque central 16 estátuas iluminadas e, nas alamedas que ali convergiam, deparavam-se 102 pirâmides luminosas. O coronel Maler chegou a escrever – e o elogio não é fraco, realça Oliveira Lima – que o Campo de Sant'Ana[16] exibia brilho e gosto suficientes para fazer pensar nas Tulherias e nos Campos Elíseos quando iluminados. (LIMA, 1996, p. 611)

O Campo de Sant'Ana foi o palco das comemorações do segundo dia de festas, dia 7 de fevereiro, a parte popular dos festejos. No recinto da Praça de Touros efetuaram-se evoluções militares, deram-se danças e funcionou um teatro, onde, em presença da corte, mágicos se apresentaram. Executou-se um bailado alegórico e, durante perto de uma hora, recitaram-se poesias alusivas ao evento, pronunciaram-se alocuções patrióticas e entoaram-se hinos.

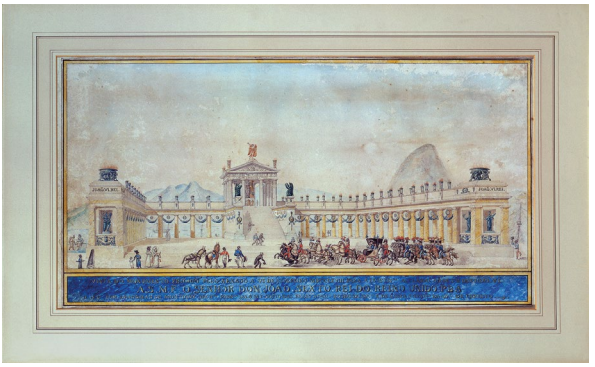
No dia 8 de fevereiro, a família real e o soberano voltaram ao palacete do Campo de Sant'Ana, onde assistiram a uma esplêndida queima de fogos de artifício, cujo ponto culminante foi quando apareceu grafada

16 O Campo de Sant'Ana era então um areal entremeado de mangues. Local utilizado pela tropa de linha e pela milícia para seus exercícios. O espaço era igualmente utilizado para os festejos do Divino. (LIMA, 1996, p. 749, nota 852)

no céu a expressão: “Viva El Rey”. Em seguida, D. João recebeu a todos para um beija-mão.

Naquela noite, a corte saiu a visitar as iluminações que se espalhavam por toda a cidade. Particulares rivalizavam, em grandeza, com as luminárias encomendadas pela Polícia, Senado da Câmara, Junta do Comércio e demais repartições oficiais. “Só uma casa se enfeitara com 6.000 lampiões de cor”. (LIMA, 1996, p. 611)

José Pessoa



Monumento de autoria do arquiteto Grandjean de Montigny erigido pelo Senado por ocasião da aclamação de D. João VI. Autor desconhecido (1818).

Palácio Nacional da Ajuda – DGPC/ADF

Oito meses depois, com os festejos da aclamação ainda repercutindo por todo o país, houve lugar, no Campo de Sant’Ana, uma segunda série de festejos. Cavalhadas, touradas e danças a caráter promovidas por corporações profissionais foram executadas em honra da aclamação do rei.

Diz-se que as apresentações foram de apurada qualidade. O próprio crítico-mor das coisas brasileiras, o bibliotecário Luís Joaquim dos Santos Marrocos diz, em uma missiva endereçada a seu pai, haver, para essa segunda fase dos festejos, "firme ardor, empenho, e concorrência notável do Senado da Câmara", e que:

> (...) de algumas capitanias confinantes têm chegado a esta corte grande número de pessoas, insignes cavaleiros, para figurarem e brilharem nas cavalhadas, de que já começaram os ensaios, a que tem ido imenso povo, menos eu: assim como se mandaram vir grossas manadas de touros escolhidos em força e braveza, com que se pretende dar boas tardes a uns, e boas noites a outros.[17]

A função foi de fato completa. Carros com músicas transportavam à arena os bailarinos que, apeando-se, executavam quadrilhas e solos: um grupo disfarçado em guerreiros espanhóis antigos, outro em habitantes da Curlândia,[18] precedidos ambos pelo carro de Netuno e por uma dança de caboclos. Aos exercícios coreográficos seguiram-se os torneios. Por fim, celebraram-se touradas com toureiros vindos de Montevidéu, território recém-incorporado ao império lusitano. Os cavaleiros,

17 Carta de Luís Joaquim dos Santos Marrocos a seu pai Francisco José dos Santos Marrocos, datada aos 17 de junho de 1818. (LIMA, 1996, p. 612)

18 Antiga região hodiernamente ocupada pela Letônia, no mar Báltico.

contudo, apresentaram-se "à antiga portuguesa, de casaco de veludo bordado com bofes de renda e chapéu tricorne, montado nos estribos de caixa sobre cavalos de boa raça e vistosamente ajaezados". (LIMA, 1996, p. 612)

A magnitude da festa procurou estar à altura da bondade do rei, que concedeu o perdão para vários dos acusados nas insurreições de Pernambuco no ano anterior, assim como o privilégio da aposentadoria para aqueles que tivessem servido na Câmara em demais cargos, e ainda concedeu o tratamento de Senhoria ao Senado da Câmara do Rio de Janeiro, "que além de ser capital do Reino Unido do Brazil, teve a honra de assistir à Minha Gloriosa Coroação".[19]

D. João não economizou nos gastos da ritualização, que, sabia, repercutiriam por todo o Reino do Brasil. Os organizadores da aclamação não descuidaram da carga simbólica de cada passo e deram-lhe o máximo de pompa possível.

Como vimos, para dar mais lustro aos eventos, ajudaram nas despesas dos festejos todos os que entendiam

19 O uso que D. João fez da palavra "coroação" terminou por confundir historiadores e cronistas mais ligeiros. No entanto, conforme já dissemos acima, os monarcas lusitanos não eram literalmente coroados. Nem na descrição minuciosa que os cronistas fazem da cerimônia, nem nas gravuras que Debret nos legou, em momento algum o rei cinge a coroa, que permanece o tempo todo repousando em uma almofada, ao seu lado. D. João trajou um chapéu com plumas brancas. Debret, inclusive, ao descrever sua pintura declara, explicitamente, que os reis de Portugal não eram nem coroados nem sagrados, como o eram os reis de França.

a importância de D. João para a consolidação do reino brasileiro. A Junta de Comércio foi responsável pela construção do Arco do Triunfo, enquanto o Senado da Câmara financiou o templo e vários populares patrocinaram a iluminação de suas casas, contribuindo para a grandeza da festa.

Do outro lado do Atlântico, no entanto, as reações foram opostas. A insistência para a volta do rei não cessou, e as ideias de separação de Portugal e Brasil começavam a despontar. Em 1819, José Liberato, em carta aberta a D. João, ameaçava: "... porque sem povo não há Trono nem Coroa, quando pode haver, e tem havido, povo sem haver Trono ou Coroa". (HERMANN, 2008, p. 31)

II

D. JOÃO MARIA JOSÉ, O HOMEM

CAPÍTULO II

D. João Maria José, o homem

> Poucos reis absolutos tiveram de suportar tantas contrariedades, de decidir tantas vezes contra a vontade; poucos também viram o pequeno mundo em que habitavam tão profundamente abalado. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 14)

D. João VI, indubitavelmente, é uma das mais controversas personagens de nossa história. Como já disse Ismênia de Lima Martins: "Se existe a concordância de todos os autores, que se basearam no depoimento daqueles que o conheceram de perto, quanto à sua bondade e afabilidade, todo o resto é controvérsia". (MARTINS, 2010)

Não é desconhecida do grande público a atribulada época em que viveu: as pressões internacionais que as contínuas guerras entre a Inglaterra e a França lhe impingiram; a mudança da corte para o Brasil – tida por muitos como uma fuga desonrosa; o regresso, também forçado, a Portugal; as agruras das sucessivas insurreições que teve de enfrentar, seja na América, seja na Europa. A tudo fez frente com a plena consciência de que, não apenas era o lado fraco da contenda como, muitas vezes, jogava-se com a própria existência da nação portuguesa como ente político autônomo.

Sua difícil vida doméstica também não ajuda a compor um quadro que lhe seja favorável, muito pelo contrário – a loucura manifesta de sua mãe; as constantes brigas com sua geniosa mulher, a difícil e infiel D. Carlota Joaquina, de quem terminou por viver separado; as desavenças e infidelidades de seus filhos, D. Pedro e D. Miguel, tendo o segundo comandado insurreições armadas contra o pai e, por fim, a estranha morte que sofreu: tudo se somou para lhe fazer difícil a vida, e pouco gloriosa sua imagem.

Ademais, seus hábitos pessoais criaram-lhe a imagem de influenciável, sovina e glutão.

Se sua irresolução, frente às difíceis opções que a política imperial napoleônica lhe impunha, procrastinando sempre toda e qualquer solução, e optando por pedir, invariavelmente, vários pareceres, todos por escrito, dos mais variados conselheiros, lhe renderam a fama de irresoluto e influenciável, por outro lado, ficou folclórica sua tendência a usar as roupas até se desmancharem, o que obrigava seus camareiros a repararem-nas quando cochilava, muitas vezes ainda vestido. Também é conhecida sua paixão por frangos fritos, sendo dito que os trazia nos bolsos de suas casacas, para comê-los ao longo do dia. Sua imagem, sem sombra de dúvida, ficou associada à modéstia e contenção nos gastos suntuosos.

Diz-se mesmo que, nas esquinas lisboetas, se cantava a pouco respeitosa estrofe:

> Nós temos um rei,
> Chamado João,
> Faz o que lhe dizem
> Come o que lhe dão;
> E vai para Mafra
> Cantar cantochão.
> (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 9)

Ou seja, ainda em vida lhe impingiram a pecha de fraco e indeciso. Frei Mateus Brandão, no *Elogio Necrológico* que lhe faz no âmbito da Academia Real das Ciências de Lisboa, aos 10 de setembro de 1826, já procurava refutar injusta fama, *in litteris:*

> Estranha virtude, ignominiosa pusilanimidade poderá parecer a alguns alucinados filhos do século XIX o Amor da Paz que caracterizava o Senhor D. João VI e que era o espírito regulador ou constante bússola que dirigia todos os seus intentos e ações públicas. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 17)

No ano seguinte a sua morte, foi publicada em Paris sua primeira biografia, (LENORMAND, 1827) em que as constantes manifestações de sua fraqueza e irresolução na condução das rédeas do Estado são apresentadas como sendo um sistema de governo. Seria, por conseguinte, proposital a manutenção de uma permanente divisão

entre os ministros e consciente a resistência em transferir para um só dentre eles todo o poder.

Efetivamente, segundo o texto, em afirmação que viria a ser referendada por Manuel de Oliveira Lima (LIMA, 1996, passim), os que tiveram a oportunidade de conviver mais intimamente com D. João e deixaram seus testemunhos, são acordes em dizer que ele estava bem longe de ter um espírito tão acanhado como infundadamente se dizia. Tinha precisão de raciocínio e inteligência pouco vulgar, sabendo rapidamente discernir os pontos fulcrais dos assuntos. Demostrava sempre estar a par sobre o estado da Europa e das principais personagens que dirigiam os seus diversos gabinetes. Outrossim, estava permanentemente inteirado de todas as intrigas dos seus cortesãos, de cuja vida privada sabia as mais insignificantes anedotas. Outras características suas sempre lembradas eram a afabilidade e a rapidez em perdoar, tanto que chegará a ser cognominado de "João, o Clemente".

Se D. João era tão hábil e inteligente a ponto de haver conseguido, com os parcos recursos de que dispunha, sobrepor as dificuldades e sobreviver às intempéries do tempo que lhe coube viver, chegando mesmo a ser elogiado por Napoleão Bonaparte que, ao ditar suas memórias, em seu último exílio, na ilha de Santa Helena, teria declarado: "O Bragança foi o único que me enganou". Então, coloca-se a questão: por que sua memória é tão aviltada?

A historiografia que viria a legar a imagem de D. João VI, um dos últimos monarcas absolutos, foi em sua maior parte escrita, tanto em Portugal como no Brasil, de um ponto de vista liberal e republicano, desde o final do século XIX. A censura e o menosprezo por D. João VI procedem de uma posição crítica não apenas ao antigo regime, mas ao regime monárquico e à própria dinastia Bragança.

Formação

Mas quem foi o homem a quem coube viver tantas vicissitudes?

D. João Maria José Francisco Xavier de Paula Luiz Antônio Domingos Raphael de Bragança e Bragança, ou D. João VI, justamente cognominado o "Clemente", pois todos os que o conheceram atestam essa sua característica, foi príncipe regente do reino de Portugal desde 1792, quando uma junta composta por 17 médicos assinou um laudo declarando a rainha, D. Maria I, inapta para reinar. A partir de dezembro de 1815, passou a ser príncipe regente do Reino Unido de Portugal, Brasil e Algarves, até 1822, quando a independência do Brasil desmontou, de fato, o reino unido. De 1822 em diante, foi rei do Reino Unido de Portugal e Algarves até sua morte, ocorrida em 1826. Pelo Tratado do Rio de Janeiro de 1825, por intermédio do qual reconheceu a independência do

Brasil, reservou também para si o título de Imperador do Brasil, enquanto, ficticiamente, concedia a seu filho, D. Pedro, o mesmo título, bem como o exercício, *de facto*, do poder.

D. João nasceu aos 13 de maio de 1767, sob o reinado de seu avô, D. José I, monarca absoluto, que entregou a plenitude do poder régio a seu polêmico valido, Sebastião José de Carvalho e Melo, o conde de Oeiras, mais tarde, marquês de Pombal.

D. José I, cujo nome completo era José Francisco Antônio Inácio Norberto Agostinho, foi rei de Portugal entre os anos de 1750 e 1777. Teve como esposa D. Mariana Victória da Espanha, irmã do rei espanhol D. Carlos III, que lhe deu quatro filhas. A primeira das quais, D. Maria, se tornou sua herdeira.

Maria Francisca Isabel Josefa Antônia Gertrudes Rita Joana, com o objetivo de manter a Casa de Bragança como casa real em Portugal, desposou seu tio D. Pedro, irmão mais novo de seu pai, que veio a ser o rei consorte D. Pedro III.[20] Do matrimônio, que segundo consta foi

20 D. Pedro Clemente Francisco José Antônio, era o seu nome, era o filho predileto de D. João V que o investiu na dignidade de Grão-Prior do Crato, e Senhor da Casa do infantado pertença dos segundos filhos dos reis de Portugal. Religioso, terá vez por outra hostilizado seu irmão, principalmente em função da sua simpatia pelos jesuítas: "Nunca esquecerei os bons ensinamentos e instruções que eles me deram". Uma vez rei, nunca interferiu nos assuntos de Estado, deixando-os exclusivamente com a Rainha, o que não lhe impediu de apoiar resolutamente a "viradeira", patrocinada por sua esposa. Sua morte, em 1786, bem como a de seu filho mais velho, são considerados eventos que ajudaram D. Maria I a perder a sanidade mental.

feliz, pois os cônjuges se entendiam muito bem, além de se apreciarem muito, nasceram sete filhos. Tendo sido o futuro D. João VI o quarto filho homem a nascer. Entretanto, de seus irmãos, apenas o mais velho, D. José,[21] chegou à maturidade.

Sendo filho segundo, D. João teve uma infância e juventude retraída à sombra de seu irmão mais velho. No entanto, desmentindo a impressão que nos ficou da historiografia dos séculos XIX e XX, os documentos dizem que recebeu uma boa educação, equivalente à do irmão mais velho, como era a praxe no antigo regime. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 34 e segs.) Até mesmo porque não seria novidade, na Casa de Bragança, o segundogênito vir a ser chamado a ocupar o trono, como de fato ocorreu.

Sabe-se que o marquês de Pombal deu grande importância à formação do neto mais velho do rei, o príncipe

21 José Francisco Xavier de Paula Domingos Antônio Agostinho Anastácio de Bragança, 2º Príncipe da Beira e 8º Príncipe do Brasil, era filho primogênito de D. Maria I e de D. Pedro III nasceu em Lisboa, em 1761, tendo falecido na mesma cidade em 1788. Chegou a desposar sua tia, D. Maria Francisca Benedita (1746-1829), tendo na época 15 anos, e sua tia 30. Dizem os cronistas que D. Maria Benedita, ao contrário das demais mulheres da família, era uma mulher atraente, bela, com apurado senso artistico, e que os cônjuges se gostavam. O casamento era desejo expresso do Rei, D. José, que faleceu três dias após os esponsais. Do casamento não houve descendência. Educado cuidadosamente por tutores indicados pelo Marquês de Pombal, faleceu prematuramente de varíola, aos 27 anos. Sua morte foi um dos eventos que contribuíram para sua mãe perder a razão.
D. Maria Benedita, que acompanhará a família real ao Brasil, voltando depois a Portugal, viverá até seus 83 anos, e ficará conhecida como *princesa viúva do Brasil.*

D. José. A educação do príncipe foi mesmo objeto de um regimento orientador. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 34)

A instrução passava pelo estabelecimento de horários diários, com rituais de devoção religiosa e de cortesia. O príncipe haveria de estudar geometria, para organizar o raciocínio. Deveria se dedicar à geografia do reino, da Europa e do mundo, além do direito, como instrumentos indispensáveis para a diplomacia. Havia alguma preocupação com literatura: Fénelon – autor muito divulgado naquele tempo – Cícero, Santo Ambrósio, Erasmo, etc. Prescrevia-se o estudo de línguas, mormente o francês, mas também o latim e o italiano.

Por fim, e principalmente, como matéria formadora do príncipe, prescrevia-se o estudo da história dos reis que ocuparam o trono português. Conforme as prescrições do regulamento de Pombal, dever-se-ia estudar pelas obras de Duarte Nunes Leão, de João de Barros e, para o período posterior ao reinado de D. João III, na *Dedução cronológica e analítica*, de autoria de José Seabra da Silva, mas atribuída correntemente ao próprio Pombal. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 42 e segs.)

A citada obra de José Seabra da Silva, um pupilo de Pombal, *Dedução cronológica e analítica*, constituía-se em uma afirmação doutrinal do absolutismo. Nela se afirmava que a relação dos reis com os reinos se fundava nos direitos inerentes à conquista e à sucessão, e não em

quaisquer outros direitos que limitassem a autoridade dos monarcas. O texto afirma que:

> (...) que nesta certeza, o Reino de Portugal nem foi separado do de Leão por ordem dos povos, nem o primeiro conde foi por eles eleito, mas antes o possuiu pelo título da referida doação que el-rei seu sogro lhe fez por causa de dote, ficando por isso o mesmo condado próprio para ele e para os seus sucessores. Nem o dito príncipe D. Afonso Henriques foi eleito pelos povos de Portugal, mas que nele sucedeu a seu pai. (...) A que nestes termos os reinos de Portugal e do Algarves por haverem sido doados pela Coroa de Leão ficaram próprios dos ditos senhores reis donatários, e conquistadores, por se devolverem por via de sucessão sem mais sujeições ou partilhas, aos seus régios descendentes. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 352-354)

As reuniões das cortes eram, pois, vistas como eventos negativos. Em particular as reunidas em 1668, que haviam legitimado a substituição de D. Afonso VI pelo seu irmão D. Pedro II, embora o primeiro fosse incapaz de governar e o segundo, enquanto o primeiro viveu, não tenha aceitado o título de rei, mas apenas o de regente.

Se essa educação parece ter sido bem-sucedida com o príncipe D. José, levando-o a se tornar um esclarecido

e iluminado príncipe,[22] o mesmo parece não ter sucedido com D. João. Há mesmo sinais de que os irmãos não se entendiam.[23] O fato é que as simpatias logo se dividiram. Os saudosistas da política anticlerical e contrária à primeira nobreza, típica de Pombal, afiançavam-se em D. José. Já os partidários do regresso a uma monarquia tradicional, temperada, respeitosa para com os direitos da nobreza e do clero, elogiavam a postura de D. João. No entanto, ressalte-se que nenhum dos dois "partidos" pôs em dúvida a essência absoluta do poder real, realçado por Pombal.

Quando de seu falecimento, D. José assim foi descrito por um frei do Convento de São Francisco de Xabregas, autor de um registro dos acontecimentos de 1786 a 1795, *in verbis:* "Muito humano e risonho para todos grandes e pequenos, exceto para os eclesiásticos,

---

22 A preparação do príncipe D. José para a sucessão teria produzido frutos, de tal modo que ele chegaria mesmo a reclamar a posse do governo, sendo necessário que seus mais próximos, segundo o Marquês de Bombelles – o representante do rei da França na corte lisboeta – o acalmassem nesse impulso com a perspectiva de uma próxima abdicação da mãe:

> Le prince du Brésil est enragé de n'être rien dans um pays dont il sera le maître, ses courtisans le calmemt quelque fois em lui faisant espérer l'abdication de la reine. (KANN apud PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 447, nota 32)

Por sua vez William Beckford declarou ter tido um encontro com D. José, e este lhe teria revelado ser um homem ilustrado, conhecedor das ideias "avançadas" do tempo e desejoso de reformas. (BECKFORD apud PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 45)

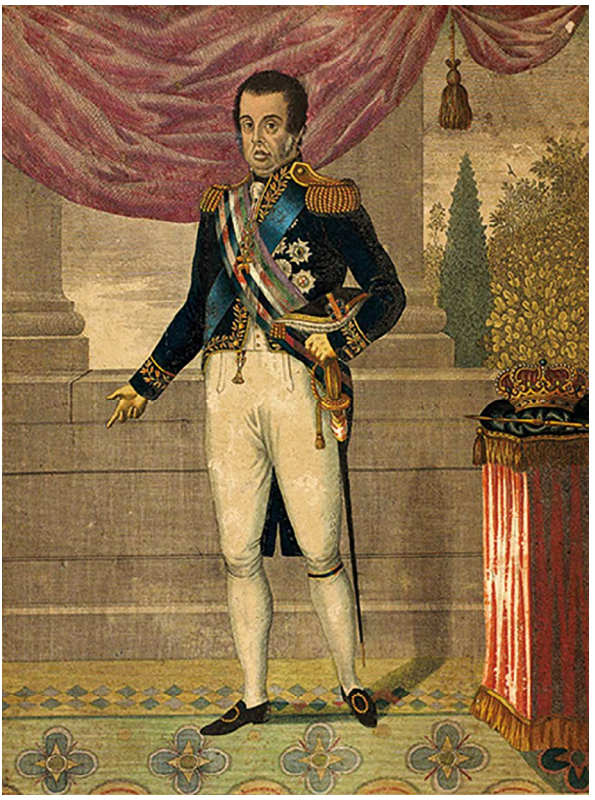
23 "O padre procurador trouxe-nos a notícia de que no paço corria o rumor de questões entre os senhores príncipes e muito graves". (SOUSA E COSTA apud PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 45)

especialmente regulares, depois que tinha morrido el-rei seu pai". (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 46)

Contrastava com essa imagem a figura de D. João. Um devotado amigo dos clérigos, o que o aproximava sobremaneira tanto de seu pai quanto de sua mãe. Ademais, D. João, aderindo a práticas tidas como tradicionais, permitia que se acedesse a ele. Recebia diretamente queixas e pedidos, diferindo completamente com a prática consagrada nos tempos de seu avô, rei intangível, que governava por intermédio de um valido. D. João jamais perderia o gosto de ter contato direto com seus súditos, e seria mesmo criticado por ouvir demais e durante demasiado tempo todo e qualquer súdito.

Em suma, ainda que tenha sido educado de acordo com o regimento que fora aprovado para seu irmão mais velho, o fato é que, em suas ações futuras, não serão detectáveis influências de uma interpretação absolutista do exercício da autoridade real.

Sabemos que vários mestres destacados foram escolhidos para se dedicarem à formação do jovem príncipe, dentre eles: o matemático Miguel Franzine, de quem seu irmão, D. José, também foi discípulo; como professor de letras e ciências, D. frei Manuel do Cenáculo; como professores de música foram escolhidos o organista João Cordeiro da Silva e o compositor João de Sousa Carvalho; e como mestre de equitação, o sargento-mor Carlos Antônio Ferreira Montes. (MARQUES apud MARTINS, 2010)



Dom João VI, Nosso Senhor. Data e autor desconhecidos.
BNDigital

É notório que D. João usufruiu bastante das lições de picaria e de música, pois todas as fontes indicam que sabia cavalgar muito bem e que, na sua juventude, apreciava essa atividade. Também é notório seu grande apreço pela música, particularmente pela sacra.

Por outro lado, se é difícil mensurar o aproveitamento das demais matérias, pode-se, porém, afirmar que

conhecia bem o francês, a língua da diplomacia, pois o contrário chamaria atenção dos diplomatas em seus minuciosos despachos às suas chancelarias.

Em todo caso, não se poderia imputar à condição de segundogênito eventuais possíveis limitações de D. João como governante.

Há, também, aqueles que buscam justificar as dificuldades no exercício do poder invocando traços de sua personalidade. Para eles, D. João seria tímido, pusilânime e indiferente com a coisa pública.

Vários são os testemunhos que se encaminham no sentido contrário. John Luccock[24] afirmou, *in litteris:*

> O príncipe regente tem sido várias vezes acusado de apatia; a mim, pareceu-me ele possuir maior sensibilidade e energia de caráter do que em geral tanto amigos como adversários costumam atribuir-lhe. Achava-se colocado dentro de circunstâncias novas e próprias para pô-lo à prova, curvando-se ante elas com paciência; se incitado, agia com vigor e presteza. (LUCCOCK apud MARTINS, 2010)

Luccock reforçou o seu argumento lembrando a firmeza com que D. João se recusou a ficar na Bahia, contrariamente aos desejos de não poucos de seus cortesãos.

24 Comerciante inglês, radicado no Brasil entre os anos de 1808 a 1818, dele afirmou Francisco Adolfo de Varnhagen: "É a mais fiel pintura do verdadeiro estado material, moral e intelectual em que estava a capital do Brasil à chegada da família real".

Manuel de Oliveira Lima, cujo livro se baseou, também, em inúmeros documentos diplomáticos, nos depoimentos de estrangeiros referentes à capacidade de D. João, concluiu pela ausência de opiniões desabonadoras sobre o rei. Declara que nunca encontrou, nos despachos dos diversos embaixadores, ministros ou encarregados de negócios de estrangeiros para as mais diversas chancelarias, mesmo nos reservados ou confidenciais, referências menos elogiosas a D. João VI. Diz que nenhum tentou, de qualquer forma, ridicularizá-lo, enquanto os historiadores portugueses transformaram-no em um tipo burlesco. (LIMA, 1996, p. 73)

Manuel de Oliveira Lima declara que os traços da finura de argumentação de D. João eram abundantes nas correspondências de várias legações. Exemplifica com a eloquente resposta dada ao questionamento do encarregado de negócios da França, coronel Maler, sobre a expedição ao Rio da Prata, visando à ocupação da banda oriental, ao que D. João, irônica e maliciosamente, teria respondido: "Os franceses falaram e escrevinharam muito em tempo sobre fronteiras ou limites naturais: trata-se sempre de um lado, do Reno, e do outro, dos Alpes; ora, o que é o Reno comparado com o Rio da Prata?". (LIMA, 1996, p. 73)

Afirma ainda Oliveira Lima que D. João apresentava uma curiosidade legítima de governante e conseguia manter-se bem informado sobre o que ia suceder nos

lugares onde a coroa tinha interesses. Não se descuidava das suas responsabilidades nem nas situações mais extremas e absurdas e, no tratar das coisas públicas, animava-se e tomava um calor que não se compadece com a sua reputação corrente de indiferença. (LIMA, 1996, p. 74)

Outro aspecto de não pequena importância foi a maneira com que fez prevalecer sua autoridade sobre seus ministros: "Cada um dos ministros governava por si e o rei governava a todos", (LIMA, 1996, p. 125) o que condizia com o modelo absolutista de governo. Não obstante, impunha sua vontade com um jeito muito seu de levar adiante seus projetos, sem hostilizar seus conselheiros. Assim, conclui-se que, se a ação governativa de D. João no Brasil foi indubitavelmente positiva no seu conjunto, deve-se, sem dúvida, à sua adesão pessoal aos projetos inovadores de seus principais ministros, como os condes de Linhares, da Barca e dos Arcos. Quanto ao seu absolutismo, soube dosá-lo com afabilidade e temperança, ficando gravado na memória brasileira como "o bom príncipe que governa os corações".

Casamento

Os matrimônios reais sempre foram vistos como um assunto de Estado, uma vez que representavam, muitas vezes, o penhor de alianças internacionais e, por vezes, a certeza da continuidade da existência dos Estados como

entes políticos autônomos. Eram, acima de tudo, atos políticos e diplomáticos.

Portugal, desde sua emancipação como reino distinto do reino de Leão, ainda no século XII, sempre se preocupou em manter sua autonomia frente à forte política unificadora exercida pelos diversos reinos peninsulares, mormente por Castela e, posteriormente, pelo reino de Castela. Foram diversas as guerras mantidas ao longo de sua história para garantir a independência.

Em 1578, a derrota portuguesa de Alcácer-Quibir, com a morte do rei D. Sebastião, levou ao trono seu tio, o cardeal D. Henrique, um ancião de 70 anos. Quando de sua morte, em 1580, três netos de D. Manuel, o venturoso, apresentaram-se: D. Catarina, infanta de Portugal e duquesa de Bragança; D. Antônio, prior do Crato; e o rei Felipe II, de Espanha. Após algumas lutas, Felipe consegue impor seu nome, sendo reconhecido pelas cortes de Tomar, e coroado como D. Felipe I de Portugal, em 1581.

Portugal somente voltará a gozar de uma plena independência em 1640, quando uma revolta da alta nobreza e burguesia se insurgirá contra o governo de Felipe III e de seu valido, o conde-duque de Olivares, e aclamará o oitavo duque de Bragança como rei de Portugal.

A Rainha Carlota Joaquina, retrato de Manuel Marques de Aguilar. Data desconhecida.

BNDigital

O precedente da união ibérica, que arrastou Portugal para as contendas internacionais da Espanha, sempre foi motivo de preocupação. No século XVIII, a política da Espanha para com Portugal, que seria verbalizada por Carlos III, continuava a ser a busca por condições dinásticas para uma eventual nova união das coroas.

À Espanha, diria Carlos III, não interessavam novas conquistas na Europa, além de Portugal, no caso eventual de uma sucessão, e a da praça de Gibraltar. Sua política, no entanto, não tinha caráter ofensivo. À Espanha era de todo interesse cultivar a união e amizade com a corte de Lisboa, e o melhor sistema para solidificar essa união e amizade, segundo o monarca espanhol, eram os parentescos, alcançáveis por meio de casamentos cruzados dos filhos das duas casas reais ibéricas. De tais casamentos, tirar-se-iam três utilidades: a renovação e o estreitamento da amizade; a preparação de eventual reunião das duas coroas; o impedimento de que, se casando em outras partes os príncipes portugueses, surgissem competidores àquela Coroa, em casos de falta de sucessores legítimos na Casa de Bragança. (SANTARÉM apud PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 36)

Como D. José I não teve filhos homens, reagiu à política matrimonial espanhola quando dos casamentos de D. Maria e de seu filho primogênito, o príncipe D. José, tendo ambos ocorrido no âmbito mais estreito da própria família lusitana. D. Maria casou-se com o irmão mais novo do rei, D. Pedro, e, posteriormente, o príncipe D. José casou-se com sua tia, D. Maria Benedita, irmã mais nova de D. Maria.

Garantida a autonomia dinástica de Portugal dentro da Casa de Bragança, quando do casamento dos demais infantes, optou-se por aceitar as propostas do vizinho

espanhol. A função preponderante foi criar vínculos de parentesco com a Corte de Madri, de forma a melhor procurar resguardar a boa vontade daquela corte em futuras avenças entre os reinos.

Foi assim que, em 1785, celebraram-se os consórcios cruzados dos infantes portugueses D. João e de D. Mariana Vitória, com os infantes espanhóis D. Gabriel, filho do rei espanhol,[25] e D. Carlota Joaquina, filha do infante Carlos,[26] e, por conseguinte, neta de Carlos III, rei de Espanha.

Quando de seu casamento, D. João tinha dezoito anos de idade e Dona Carlota Joaquina apenas dez. No entanto, já era possível perceber seu caráter difícil, que exigia, por vezes, a intervenção direta de D. Maria I, com quem vivia. O casamento somente consumou-se em 1790 e, em 1793, nasceu D. Maria Teresa, a primeira dos nove filhos do casal.

---

25 D. Mariana Vitória de Bragança, filha mais velha de D. Maria I, trocou intensa correspondência com seu irmão, D. João, demonstrando existir verdadeira amizade entre eles. Casada com o infante espanhol D. Gabriel de Bourbon, em 1785, faleceu em 1788, com apenas 19 anos de idade, de varíola. Seu marido faleceu alguns dias após, da mesma doença. Deixaram órfão um filho menor, D. Pedro Carlos de Bourbon e Bragança, que D. Maria I reconheceu como infante de Portugal e trouxe para ser criado na Corte portuguesa. D. João afeiçoou-se ao sobrinho e casou-o, no Rio de Janeiro, com sua filha D. Maria Tereza de Bragança. D. Pedro Carlos morreu pouco tempo depois, tendo sido sepultado no convento de Santo Antônio, deixando com único filho D. Sebastião de Bourbon e Bragança. Ele foi o primeiro príncipe nascido na América e gerou três filhos, que por sua vez iniciariam três casas ducais espanholas.

26 O futuro rei D. Carlos IV, de Espanha.

Regência

Nascido em 1767, D. João casou-se em 1785, e apenas em 1788, em função do falecimento prematuro de D. José, seu irmão mais velho, torna-se príncipe do Brasil e, por conseguinte, herdeiro do trono.

Em 1792, os quatro ministro e secretários de Estado,[27] os "únicos membros do Conselho d'Estado, segundo a sua última e atual composição", apresentam a D. João uma representação, movidos "pela sua honra e fidelidade, e pela obrigação de seus cargos", declarando que:

> Nas presentes circunstâncias do notório impedimento da Rainha, nossa senhora, para expedir os negócios do governo, na triste situação de que atestam uniformemente os professores no documento autêntico e original a este junto, de não poder a mesma senhora nem ouvir agora, nem aplicar-se antes de passar muito e indefinível tempo, a coisas tão embaraçadas e ponderosas como as do governo, que até retardariam e empeceriam o seu desejado e esperado restabelecimento: na urgente necessidade de acudir à dita expedição, que não pode mais estar perplexa e suspensa, sem arriscar o dano irreparável

27 Marquês de Ponte Lima, mordomo-mor, ministro de Estado Assistente ao Despacho, e secretário de Estado dos Negócios da Fazenda Real; Martinho de Melo e Castro, ministro e secretário de Estado da Marinha e do Ultramar; José Seabra da Silva, ministro e secretário de Estado dos Negócios do Reino; e Luís Pinto de Sousa Coutinho, futuro visconde de Balsemão, ministro de Estado para os Negócios Estrangeiros e da Guerra.

> às dependências internas e externas, devia Sua Alteza violentar a sua natural e exemplar moderação, fundada no respeito, veneração e ternura à sua augusta mãe a Rainha, nossa senhora, por ser também esta a indubitável e constante vontade da mesma senhora, a quem a moléstia não permitiu oportunamente nem permite o publicá-lo e autenticá-lo com a real assinatura. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 59, 60)

Maria I, Rainha Fidelíssima. Gaspar Froes (1796).
BNDigital

O documento era acompanhado por um laudo, datado de Queluz, aos 10 de fevereiro de 1792, assinado por dezessete médicos, que atestavam a incapacidade total da rainha a dedicar-se aos assuntos de Estado.

Seguiu-se declaração do príncipe de que resolvera assistir e prover ao despacho, "em nome da Rainha" e assinar por ela, enquanto durasse ou houvesse impedimento. Iniciava-se, de forma tímida e relutante, o conturbado governo de D. João VI.

D. João assinará os documentos e despachos de Estado ficticiamente como "Rainha" até 1799. Naquele ano, convencido da irreversibilidade do estado mental de sua mãe, passará a assinar "Príncipe Regente". Assim governará até o falecimento de D. Maria I, já no Rio de Janeiro, em 1816, quando então assumirá o título de rei.

III

O MUNDO EM QUE VIVEU

CAPÍTULO III

O mundo em que viveu

> O Portugal, Estado fraco, e à disposição de seus vizinhos, não é mais que um acessório da potência portuguesa. Portugal foi o berço de heróis, que lhe criaram um vasto domínio no universo; eles previram que a posição de Portugal lhes arrostaria uma espécie de dependência; sua grande alma não podendo suportá-la, libertarão a sua pátria estabelecendo os princípios de sua potência, longe do país em que nasceram. É no Brasil que Portugal é uma potência, e é no Brasil que existe o seu inexpugnável baluarte contra a tirania da Europa; é no Brasil que, libertado da tirania de Bonaparte, e da ignomínia da Espanha, ele pode puni-los. (FRANCO, 1808)

A neutralidade nos conflitos europeus era a política externa tradicional de Portugal, e continuou sendo a orientação diplomática do governo da rainha, quando estourou o primeiro conflito internacional da França revolucionária com as nações europeias. “Tudo se reduzirá finalmente a contendas da França com o imperador e mais príncipes da Alemanha”, escreveu o ministro e

secretário de Estado Luís Pinto de Sousa, em fevereiro de 1792, à Corte de Madri, complementando que a Corte de Lisboa manteria "em todas elas uma perfeita neutralidade, como em negócios que não lhe dizem respeito". (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 65)

Entretanto, o fato de a Espanha se ver envolvida na guerra e de ter pedido auxílio, por meio de nota de 30 de setembro de 1792, forçou a diplomacia portuguesa a encarar a eventualidade de abandonar sua posição. Recusar o apoio solicitado corresponderia a quebrar a política de aproximação entre as duas coroas, formalizado pelo Tratado de 1778. Assim, logo no início de sua participação na condução dos negócios de Estado, D. João é colocado perante uma situação difícil. Opta por conceder ajuda à Espanha, que se consubstanciará no envio de uma força de 5.400 homens para a linha de frente do Rossilhão, na fronteira da França com a Espanha.

Portugal vai estar presente no *front* do Rossilhão, de 1793 a 1795, quando, em uma reviravolta diplomática, a Espanha mudou de lado e optou por uma aliança com a França, tornando-se, *ipso fato*, inimiga da Inglaterra. A aliança entre a França e a Espanha reforça-se em 1796, com o Tratado de Santo Ildefonso.

Como colocar-se em campo oposto à Inglaterra não entrava nas considerações de D. João, em função de seu império colonial, a partir de agosto de 1796, Portugal

não apenas ficará isolado na Península Ibérica como permanecerá permanentemente em estado de alerta.

Nuno Fevereiro

Embarque da família real para o Brasil. Pintura de Nicolas Delerive (1º quartel do séc. XIX).

Museu Nacional dos Coches – DGPC/ADF

As crises internacionais suceder-se-ão, procurando Portugal voltar a sua tradicional postura de neutralidade e equilibrar-se entre as potências europeias em guerra. A política externa portuguesa, após a aliança da Espanha com a França, sob D. João, passou a orientar-se no sentido da obtenção de um reconhecimento da neutralidade e, consequentemente, de paz com a França, sem que isso implicasse um rompimento do alinhamento tradicional com a Inglaterra.

A diplomacia portuguesa, bem como o príncipe regente, jogará com a dubiedade de todas as posições,

tentando ganhar sempre tempo e, por conseguinte, adiar todas as definições e posições. Tal conduta, elevada à posição de política de Estado, inevitavelmente daria origem à fama de irresolução e de contemporização da Corte de Lisboa e de seu príncipe regente.

A Europa, por todo o fim de século XVIII e primeiros quinze anos do século XIX, será convulsionada pelas guerras criadas pela Revolução Francesa e, em continuação, pelas guerras napoleônicas. França, de um lado, Inglaterra, Rússia, Prússia e Áustria, do outro, dividem o mundo. Esse período de conflagração mundial refletirá não apenas na política externa de Portugal, mas também na de ordem interna. No próprio gabinete, D. João acolherá, muitas vezes simultaneamente, ministros propensos a uma aliança com a França, do "partido francês",[28] ou com a Inglaterra, os do "partido inglês".[29] É o período de contemporização por excelência.

Após diversas vitórias militares com que Napoleão Bonaparte se impôs à Europa continental, não restou à Inglaterra, em 1802, outra alternativa senão assinar o Tratado de Paz de Amiens. A França consolidava-se, então,

28 Antônio Araújo de Azevedo, mais tarde conde da Barca, será posteriormente identificado como sendo o "líder" do "partido francês" na corte de Lisboa. "Partido" esse que contava com a adesão de José Seabra da Silva e do duque de Lafões, dentre outros.

29 D. Rodrigo de Sousa Coutinho, posteriormente conde de Linhares, representaria o "partido" inglês, que também contaria com a adesão do marquês de Ponte de Lima, dentre outros.

como senhora da Europa. Desde o Golfo de Tarento, no sul da Itália, até a baía de Helgoland, no Mar do Norte, o poderio francês era inquestionável.

É naquele contexto que D. Rodrigo de Sousa Coutinho escreve sua memória, datada de 16 de agosto de 1803, na qual sugere a transladação da sede da monarquia lusitana para a América. *In litteris:*

> Os domínios de V.A.R. se concentrassem só na Europa, ainda então os seus interesses bem entendidos exigiriam que se arriscasse tudo para defender a Coroa de V.A.R., e para evitar o golpe de que está ameaçada e de que a história presente dos sucessos acontecidos na Suíça, em Nápoles, no Piemonte deixa conjecturar com toda a certeza moral que há de ser o resultado. (...) [No entanto,] quando se considera que Portugal, por si mesmo muito defensável, não é a melhor e mais essencial parte da monarquia (...) [conclui-se que] depois de devastado por uma longa e sanguinolenta guerra, ainda resta ao seu soberano e aos seus povos o irem criar um poderoso império no Brasil, donde se volte a reconquistar o que se possa ter perdido na Europa, e donde se continua uma guerra eterna contra o fero inimigo (...).
>
> É impossível meditar seriamente e com a devida profundidade sobre os interesses da Coroa de V.A.R. sem tirar por necessária consequência

> que uma enérgica, forte e desesperada defesa é o único meio que ainda resta de segurar a independência da Coroa de V.A.R. e que, conservando a bem fundada esperança de se poder segurar a defesa do Reino, deixa a certeza de ir em qualquer caso V.A.R. criar no Brasil um grande império, e segurar para o futuro a reintegração completa da monarquia em todas as suas partes. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 101)

Tornava à baila um projeto que, em momentos de crise da monarquia bragantina, era sempre ventilado.

Transmigração da corte para o Brasil

A possibilidade de retirada da família real para o Brasil por muitas vezes foi ventilada. Em momentos em que parecia certa a impossibilidade de resistência perante invasores, ou quando a soberania da coroa estava em causa, o Brasil sempre surgia como refúgio. Quando da resistência à União Ibérica, a D. Antônio, o prior do Crato, em luta aberta contra D. Felipe, foi aconselhado a buscar um reduto além-mar.

Na guerra da Restauração do Reino, sob D. João IV, o padre Antônio Vieira conjecturou a mesma solução,

que chegou a associar à fundação do "Quinto Império"[30] em território americano. Em verdade, padre Antônio Vieira foi levado a essas conjecturas em razão de solicitações da rainha, D. Luísa de Gusmão, que lhe demandara encontrar, no Brasil, abrigo para os filhos.

Se até então as especulações de mudança para a América decorriam de momentos de calamidade, D. Luiz da Cunha, na primeira metade do século XVIII, sob o reinado de D. João V, em época de paz, vai sugerir o mesmo alvitre. Não como fuga, mas como política de engrandecimento do Estado. Uma vez estabelecido no "imenso continente do Brasil", poderia o rei, "tomando o título de Imperador do Ocidente", governar melhor todos os seus territórios e ainda ameaçar a conquista dos domínios de Castela. Tal transladação, de certo modo, ajudaria, inclusive, a garantir melhor a segurança do próprio território português na Europa (CUNHA, 2001, p. 366-371). A lógica de sua argumentação, de certa forma, pode ser resumida no seguinte trecho de suas *Instruções políticas*:

30 O "quinto império" é uma crença milenarista, divulgada pelo padre Antônio Vieira em seu livro *História do Futuro*, baseada no sonho de Nabucodonosor, narrado na Bíblia, no livro de Daniel, capítulo 2. Na profecia de Daniel, há uma sucessão de quatro impérios, que serão depois sucedidos por um quinto, "que não será jamais destruído; nem passará a soberania deste reino a outro povo, mas esmiuçará e consumirá todos esses reinos, e subsistirá para sempre". Para o padre Antônio Vieira, os impérios seriam, sucessivamente: o Assírio; o Persa; o Grego; o Romano; e por fim o Português.

> (...) na América faltam muitas coisas que crescem na Europa, e é constante que também na Europa faltam muitas e mais preciosas das que crescem na América, com esta grande diferença, que as que não há no Brasil, se podem vir a ter com a indústria e aplicação; porém não há aplicação nem indústria bastante para produzir em Portugal o que há no Brasil. (CUNHA, 2001, p. 367)

Durante a participação lusa na Guerra dos Sete Anos, em 1762, o marquês de Pombal mandara preparar naus para transportar D. José ao Brasil, caso não fosse possível resistir a uma invasão franco-espanhola.

A ideia, nos setecentos, era que, sem o Brasil, a monarquia e a dinastia dificilmente poderiam se sustentar. Ideia que vinha dos seiscentos, ocasião em que D. João IV denominara de "vaca leiteira" as suas possessões americanas. Por conseguinte, não é de espantar que as instruções que Luís Vasconcelos e Sousa recebeu ao assumir o cargo de vice-rei do Brasil, datadas de 1779, e assinadas pelo ministro e secretário de Estado da Marinha e Ultramar, Martinho de Melo e Castro, afirmassem categoricamente que Portugal seria insignificante país sem o Brasil. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 181)

Destarte, quando dos sucessos napoleônicos, era natural que se voltasse a cogitar da transferência da sede da monarquia. Vários foram os que se recordaram da opção: o marquês de Alorna, escrevendo a D. João no contexto

da guerra com a Espanha, em 1801,[31] lembrou-se desta possibilidade. Na mesma oportunidade, e no mesmo sentido, escreveu o conde da Ega (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 181, 182). Assim sendo, quando D. Rodrigo de Sousa Coutinho escreveu sua memória, não era a primeira vez que o assunto era levado ao conhecimento do príncipe regente.

Entrada da baía e da cidade do Rio, a partir do terraço do convento de Santo Antônio. Nicolas Antoine Taunay (1816).
Museu Nacional de Belas Artes/Ibram/MinC/nº 03/2018

A D. João não agradava a opção, no entanto, como prova a correspondência diplomática dos representantes das potências estrangeiras em Lisboa, a opção nunca foi descartada. Strangford, representante da Inglaterra em

31 A chamada Guerra das Laranjas, ocasião em que Portugal perdeu a cidade de Olivença para a Espanha.

início de 1807, escreveu que, em entrevista com Antônio Araújo de Azevedo, o líder do partido francês, e à época o ministro e secretário de Estado para os negócios estrangeiros, e principal ministro de D. João, indagou-lhe sobre a não usual atividade que via no arsenal e nos estaleiros, ao que o ministro teria respondido que se tratava de preparativos para o caso de surgir uma emergência que obrigasse o imediato transporte da família real para o Brasil. E acrescentou que, uma vez ali, o príncipe poderia criar um vasto e poderoso império que, a seu tempo, ascenderia a uma posição que lhe permitiria competir com qualquer outro estabelecimento político do universo. (WILCKEN, 2005, p. 15, 16)

Ou seja, muito embora apostasse tudo na manutenção do reino, o futuro conde da Barca, o líder da opinião de que Portugal deveria se submeter à França, não deixava de prever a possibilidade da transferência do governo luso para a América. E que tal transferência poderia ser vista como a oportunidade de uma renovação, uma regeneração integral do Estado lusitano.

Efetivamente, somente se pode compreender a possibilidade da transferência do aparelho estatal em apenas três dias, que foi o prazo de tempo que permeou a tomada de decisão definitiva pelo príncipe regente e a efetiva partida da esquadra se, conforme foi escrito, os preparativos já viessem sendo feitos há muitos meses. Ainda assim, uma vez determinada a partida, em função do reconhe-

cimento do fracasso de todas as tratativas diplomáticas de composição com Napoleão Bonaparte,[32] o embarque foi apressado e atabalhoado. "Tudo foi confusão e desarranjo para se aprontar em poucos dias o puro indispensável para viagem tão dilatada". (CASTRO; ALMODOVAR, 1810)

Faltavam água, lenha e mantimentos em vários navios. A confusão foi completa. O desespero também. O núncio apostólico, que tinha ordens de acompanhar o príncipe regente, apresentou-se ao embarque, porém não conseguiu vaga em navio algum (ACIOLY, 1949). Além da frota real, todos os navios mercantes ancorados em Lisboa, em condições de navegar, partiram. Alguns, inclusive, arriscaram-se a fazer a jornada sem condições, como, por exemplo, o navio que transportava o próprio Antônio Araújo de Azevedo, então principal ministro de Estado, que veio fazendo água e, por isso, teve de aportar em Pernambuco.

Em suma, pensar a vinda da corte para o Brasil simplesmente como uma fuga é uma questão, para muitos historiadores, principalmente os brasileiros, já superada. As muitas memórias, anteriores a 1808, lembrando a possibilidade do Brasil como sede da monarquia, o projeto de D. Rodrigo de Souza Coutinho, os pronunciamentos

32 D. João somente se decidiu por deixar Portugal quando recebeu a comunicação de que tropas francesas haviam entrado no reino e que Napoleão tornara público tratado com a Espanha através do qual o reino de Portugal seria dividido, pondo fim à dinastia Bragança.

de vários membros do conselho de Estado naquele sentido, as sugestões objetivas encaminhadas e as evidências de gestões administrativas para viabilizá-las, além da documentação diplomática, constituem-se em dados inquestionáveis quanto ao planejamento da viagem.

Apenas os registros relativos ao tumulto da partida poderiam, ainda, sustentar a interpretação da transladação da família real como sendo uma fuga. Todos os outros dados apontam no sentido de uma já muito estudada saída estratégica.

IV

A OBRA

CAPÍTULO IV

A obra

> Nós todos que aqui estamos temos muitas razões para nos lembrarmos da memória de D. João VI, todos lhe devemos ser gratos, pelos benefícios que nos fez: elevou o Brasil a Reino, procurou por todos o seu bem, tratou-nos sempre com muito carinho e todos os brasileiros lhe são obrigados. (Marquês de Caravelas[33])

Como não poderia ser diferente, ao instalar o aparelho burocrático português no Brasil, D. João, dando razão a uma das maiores críticas de Hipólito José da Costa, copiou o "almanaque lisboeta", sem se dar conta de uma possível inadequação do mesmo para a terra (KOBAYASHI, 2002, passim). As mesmas repartições superiores portuguesas foram estabelecidas no Brasil, com o mesmo espírito de rotina burocrática, e até, sempre que possível, com o mesmo pessoal. As mesmas instituições administrativas, judiciárias e militares foram criadas "com as mesmas falhas e vícios", mas com salutares efeitos na economia moral de um país que era "até

33 Discurso proferido no Senado do Império pelo marquês de Caravelas, por ocasião do falecimento de D. João VI.

então segregado de tudo quanto importa em autonomia intelectual". (LIMA, 1996, p. 136)

O ministério no Brasil

Para chefiar essa administração transplantada para o novo mundo, uma das primeiras providências que se faziam necessárias foi a de reorganizar o ministério. No entanto, o príncipe regente jamais quis contar com muitos auxiliares. Sempre deu preferência a pessoas com larga experiência no trato das coisas públicas e com vivência no estrangeiro. D. João possuía um jeito todo seu de fazer prevalecer sua vontade, sem hostilizar as de seus conselheiros, que procurava conservar sempre divididos. Manuel de Oliveira Lima declara que o "pusilânime rei" foi incomparavelmente menos influenciável que seu "impetuoso" filho, D. Pedro. O príncipe regente dissimulava sua obstinação sob aparências brandas, mas sabendo ceder quando as circunstâncias o apertavam seriamente. (LIMA, 1996, p. 152)

Tampouco o dominava a velha nobreza, a quem "humilhava" ao nobilizar a tantos burgueses, nem o clero,

cujas cerimônias sempre favorecia e frequentava, mas que não participava de seu governo.[34]

Tendo migrado para o Brasil, D. João deixou claro que repudiara, definitivamente, qualquer possível tendência pró-França em seu governo. A gangorra finalmente pendera para um dos lados, para o lado inglês. Dever-se-ia, portanto, afastar os ministros tidos por francófilos, como era o caso do último ministro responsável pela pasta dos Negócios Estrangeiros, Antônio de

34 Acerca da pública religiosidade de D. João, Manuel de Oliveira Lima (1996, p. 590) chegou à afirmar que:

> Dom João compreendia que a Igreja, com seu corpo de tradições e sua disciplina moral, só lhe podia ser útil para o bom governo a seu modo, paternal e exclusivo, de populações cujo domínio herdara com o cetro. Por isso foi repetidamente hóspede de frades e mecenas de compositores sacros, sem que nessas manifestações epicuristas ou artísticas se comprometesse seu livre pensar ou se desnaturasse sua tolerância cética.
>
> Aprazia-lhe o refeitório mais do que o capítulo do mosteiro, porque neste se tratava de observância e naquele se cogitava de gastronomia, e para observância lhe bastava a da pragmática. Na Capela Real mais gozava com os sentidos do que rezava com o espírito: os andantes substituíam as meditações.

Ainda que a observação de Oliveira Lima acima transcrita possa ser contestada, por partir mais de um ponto de vista, ou melhor, de uma impressão pessoal do autor, o fato é que D. João VI via a relação Igreja Estado por uma óptica eminentemente regalista, tal como todos os seus ancestrais.

Araújo Azevedo, o futuro conde da Barca, favorecendo os que haviam se devotados a uma aliança com a Inglaterra.[35]

Foi assim que D. Rodrigo de Souza Coutinho, conde de Linhares a partir de 1808, voltou ao ministério, na gestão da pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra.[36]

A Marinha coube a João Rodrigues de Sá e Melo, visconde, e posteriormente, conde da Anadia. A D. Fernando José de Portugal e Castro, marquês de Aguiar, a presidência do Erário Régio bem como o cargo de ministro assistente ao despacho, que lhe dava um *status* similar ao de primeiro-ministro, posto que o colocava como conhecedor e partícipe de todos os assuntos de Estado.

D. Fernando de Portugal, o futuro marquês de Aguiar, foi, de 1801 a 1806, vice-rei no Rio de Janeiro, onde deixara saudades. Depois, voltando a Lisboa, exerceu a presidência do Conselho Ultramarino. Foi nessa qualidade que acompanhou o príncipe regente para o Brasil.

---

35 Em realidade, a magna divisão existente na corte de D. João: "partido inglês", *versus* "partido francês", refletia mais a precedência que deveriam ter as duas grandes partes da monarquia, Europa ou América. O partido francês defendia que a porção europeia da monarquia era a principal, e que a sua manutenção é que dever-se-ia dar a máxima atenção. Já o partido inglês defendia que a principal porção da monarquia estava na América, sendo sua manutenção e defesa é que deveria ser o objetivo primeiro do governo.

36 D. Rodrigo de Souza Coutinho já havia sido ministro desta pasta quando, por ingerência do representante francês na corte, em virtude de sua conhecida tendência pró Inglaterra, foi afastado do cargo. D. João, que à época se equilibrava entre as duas tendências se viu obrigado a aceitar sua renúncia, nomeando Antônio Araújo de Azevedo para a pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra.

Conforme nos diz Manuel de Oliveira Lima, D. Fernando de Portugal: "(...) sempre passou por homem bom, avisado e prudente, por ventura timorato e pacato, sem altos planos de governo, porém sério e, a seu modo, zeloso no cumprimento dos seus deveres oficiais". (LIMA, 1996, p. 125, 126)

Sua dedicação ao príncipe regente e sua honestidade pessoal sempre foram reconhecidas. Tanto que o representante de Luiz XVIII na corte do Rio de Janeiro, o coronel Maler, que, em seus ofícios a Paris não costumava ser complacente com as personagens que descrevia, ao escrever sobre o falecimento do marquês de Aguiar declarou, *in verbis:*

> Depois de ter sido governador-geral em São Salvador e Vice-Rei no Rio durante treze anos e Primeiro-Ministro nove anos, morre sem legar uma choupana à viúva, sem deixar sequer uma mobília decente. Sei positivamente que não se achou em casa dinheiro suficiente para o custeio do funeral. Tanta virtude, tamanho desprendimento seria formosíssimo em qualquer país. (...) Patriarca tão raro quanto venerável, e coração o mais nobre e o mais leal.[37]

37 Ofício de 25 de janeiro de 1817, no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros de França. (LIMA, 1996, p. 127)

Do conde de Anadia ficou-nos o testemunho da duquesa de Abrantes, que o conheceu em Lisboa e o qualificou como sendo "um desses homens de que a gente se sente feliz em fazer o conhecimento" (LIMA, 1996, p. 129) pois era um "homem de espírito", ou seja, uma pessoa culta e agradável. No entanto, no Rio de Janeiro, tornara-se um solitário, chegava mesmo às raias da misantropia:

> (...) sofrendo com as desgraças da pátria ausente, pouco simpático à pátria de refúgio, sem esperanças de assistir a um futuro melhor e procurando consolar-se das amarguras do presente, que prognosticara, com os encantos das artes, das quais cultivava com esmero uma, a música. (LIMA, 1996, p. 129)

O conde de Anadia personificou o protótipo do fidalgo revoltado contra seu exílio forçado na América, e logo deixou claro a todos seu desconforto com a terra.[38]

38 Luiz Edmundo, em seu *O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis*, nos narra o famoso e folclórico jantar em casa do Dr. Francisco Leal, médico do primeiro hospital militar, em que o conde de Anadia, deliciando-se com um quitute que lhe era desconhecido, e que dissera à anfitriã ser saboroso, descobriu, com um bocado já na boca, ter o mesmo sido feito de mandioca, e não trigo, como supunha, um produto genuinamente brasileiro. Incontinente, levanta-se da mesa "para mostrar a sua repugnância, fez jogo do resto do bolo que comia pela janela, mostrando-se arrependido de o haver comido, a cuspir, como enjoado". São as palavras do cronista Melo Morais, transcritas por Luís Edmundo. (EDMUNDO, 2000, p. 364-366).
O conde de Anadia, João Rodrigues de Sá e Melo Meneses e Souto Maior, não chegou a voltar a Portugal, faleceu no Rio de Janeiro, em 1809, tendo recebido sepultura no Convento de Santo Antônio.

Dos primeiros ministros de D. João no Brasil, logo se destacaria, por sua energia e disposição para o trabalho, D. Rodrigo de Souza Coutinho, o conde de Linhares. Dele Manuel de Oliveira Lima escreveria:

> Era sobretudo um homem de trabalho e essencialmente um homem de bem, dotado de bastante ilustração e de muito patriotismo, com grandes ideias para tudo, posto que um tanto confusas e com fraca relação ao meio em que se movia ou antes aos meios de que podia lançar mão, precipitado talvez, colérico, mesmo violento por pronto a ouvir lisonjas e seguir sugestões, mas sabendo abordar inteligentemente todos os assuntos de administração para os tratar em memórias ou de viva voz com forma fluente e conhecimento de causa. Destarte, premunido pelo estudo e na maneira apaixonada que lhe era pessoal, procurava constantemente acertar no intuito de elevar a nação. (LIMA, 1996, p. 123)

Tudo tinha o condão de interessar profundamente ao conde de Linhares.[39] Dele viriam os primeiros grandes projetos joaninos para Brasil. Terra virgem, na qual a

39 Manuel de Oliveira Lima (1996, p. 124) diz que em seus papéis deparam-se os mais distintos assuntos: notas de história política europeia; resumos dos conflitos em que Portugal foi parte; caixas econômicas; cultivo de batatas; de amoreiras; fabricação da seda; hidráulica; modos de fazer o pão; etc. A tônica era o desenvolvimento da economia.

solicitude administrativa, aliada à grande versatilidade de Linhares, encontraria espaço para se expandir. "Chorar em lugar de obrar quando o perigo é manifesto, é prova d'imbecilidade", escreveu ele a D. Fernando de Portugal acerca de lamentos que chegavam dos governadores do reino, externando assim suas convicções. Entre os anos 1808 e 1812, quando faleceu, foi sua influência que prevaleceu no governo.

O conde de Anadia havia falecido em 1809. Assim sendo, o ministério resumiu-se ao marquês de Aguiar e ao conde das Galvêas,[40] que havia sido chamado ao ministério em 1811. Galvêas acumulará as pastas de Linhares de 1812 até janeiro de 1814, quando também faleceria.

Os três anos seguintes, 1814 a 1817, marcaram na Europa a queda de Napoleão, a restauração dos Bourbon e a implantação da Santa Aliança. No Brasil, marcam a volta do conde da Barca ao poder. Sua inteligência culta e versátil, acompanhada de uma amabilidade que a todos encantava, se imporá à administração pública até 1817, ano de sua morte.

O conde da Barca, tendo já passado o perigo napoleônico, procurou aumentar a autonomia de Portugal frente à sufocante influência inglesa. Para obter seu objetivo, o conde procurou aproximar Portugal da França de Luiz XVIII e da Áustria, com o casamento de D. Pedro

40 D. João de Almeida Mello Castro, o 5º conde das Galvêas, chamado por "*Doutor Pastorinha*" da rainha D. Carlota Joaquina. Fidalgo que as cartas de Marrocos descrevem como tendo costumes desregrados. (LIMA, 1996, p. 151)

com uma arquiduquesa austríaca. Também foi fruto de sua política a acolhida que se deu às levas de artistas napoleônicos desempregados, e que vieram a se constituir na famosa Missão Artística Francesa de 1816.

Os anos restantes do reinado americano de D. João são dominados pela figura e política de Thomaz Antônio Villa Nova Portugal.[41] Chegou mesmo a acumular, em 1818, todo o mecanismo governamental, tornando-se o ministro universal de um rei absoluto.

A partir de 1818, o conde dos Arcos, o último vice-rei do Brasil e grande conhecedor de sua realidade, após ter se destacado na repressão à Revolução Pernambucana de 1817, então governador da capitania da Bahia, foi convocado para auxiliar o monarca, porém nunca chegou a gozar de sua plena confiança.

Em 1817, participou fugazmente do ministério João Paulo Bezerra, já muito doente.[42]

---

41 Desembargador, "versado em economia política, credor de toda estima, porém pé-de-boi, inferior às circunstâncias com que tinha de arcar, pessoalmente honestíssimo". Muito leal a D. João, com ele voltou à Portugal, não obstante defendesse a permanência da corte no Rio de Janeiro. (LIMA, 1996, p. 151)

42 Nascido em Portugal, em 1756, veio para o Brasil em 1790, ao que tudo indica para substituir Thomáz Antônio Gonzaga, preso por participação na Inconfidência Mineira. Posteriormente voltou à Europa e ingressou em uma bem-sucedida carreira diplomática, tendo servido nos EUA, na Holanda e na Rússia. Homem de confiança de D. João, apesar de já muito doente, com a morte do conde da Barca, que acumulava três pastas, foi chamado à presidência do Real Erário, e como interino, à pasta dos Negócios Estrangeiros e Guerra. Foi ministro de junho a novembro de 1817, quando também ele faleceu.
Na Galeria dos Ministros da Fazenda do Brasil, o seu é o primeiro nome da lista dos ministros.

Manuel de Oliveira Lima realça que era preciso que D. João tivesse valor para que, preponderando no seu conselho ora um ministro enérgico e inovador como Linhares, ora um indiferente libertino como Galvêas, ora um diletante intelectual e político de horizontes largos como Barca, ora um espírito acanhado e rotineiro como Aguiar, ora um homem de lei apegado às praxes forenses e de curta visão diplomática como Thomaz Antônio, o progresso se mantivesse numa escala apreciável, denunciando uma ação mais ou menos constante, mais ou menos vigorosa, porém una e direta sobre a marcha que tomavam os acontecimentos. Tal foi o papel do monarca que fundou a nacionalidade brasileira. Por intermédio dos ministros agia a coroa.

Abertura dos portos e do comércio

A primeira grande contribuição para o desenvolvimento do Brasil não viria de nenhum de seus ministros, viria de um brasileiro, José da Silva Lisboa, o futuro visconde de Cairu. Foi ele quem, na passagem do príncipe regente pela Bahia, onde permaneceu de 22 de janeiro a 26 de fevereiro de 1808, obteve, por intermédio de D. Fernando José de Portugal, a decretação da revolucionária medida que foi a abertura dos portos.

Para termos ideia da importância que teve a abertura dos portos, devemos nos recordar como estava o país antes da promulgação da Carta Régia de 28 de janeiro de 1808.

José da Silva Lisboa, o Visconde de Cairu. Data e autor desconhecidos.

BNDigital

Uma vez expulsos os holandeses no século XVII, os portugueses tomaram consciência de que a recuperação do território foi fruto de uma série de felizes circunstâncias, que poderiam não mais se repetir, na eventualidade de alguma nova invasão da América portuguesa. Diante desse quadro, Portugal tomou como política de Estado vedar o acesso das suas possessões ultramarinas a todo e qualquer estrangeiro, proibindo, inclusive, a publicação

de qualquer notícia ou referência às terras americanas. Daí a proibição de prensas no país.

Como regra, os navios que chegassem aos portos poderiam receber mantimentos e água, mas o desembarque de seus tripulantes ou passageiros era vetado, o mesmo ocorrendo nas fronteiras terrestres.[43]

Tal política de Estado foi eficazmente seguida por várias gerações, desde meados do século XVII até a vinda da família real para o Brasil.

Oliveira Lima realça que a abertura dos portos foi realizada em um momento sumamente feliz para o Brasil. Na Inglaterra, havia ocorrido a subida dos preços de vários dos nossos produtos naquela praça, a começar pelo algodão.

O preço do fumo crescera cinco vezes de valor, outro tanto aconteceu com o arroz. Também o sebo, produto que tradicionalmente vinha da Rússia, agora em guerra contra a Inglaterra, valorizou-se em cerca de 100%. O açúcar, cujo valor havia diminuído muito pela impossibilidade de a Inglaterra vir a reexportá-lo a outros portos europeus, e pela concorrência com o produzido nas Índias Orientais, estava em alta, em função da sua procura pelos fabricantes de destilados, proibidos, em função da guerra, de utilizarem cereais comestíveis. O café, proibido de ser

43 Ficou célebre a proibição de entrada no Brasil de Alexandre von Humboldt, o maior naturalista do século XIX que, em 1800, vinha subindo o rio Orinoco e, através do Canal do Casiquiare, chegou ao território brasileiro. Pedindo autorização para continuar suas viagens exploratórias ao governador do Grão-Pará, foi ameaçado de prisão, caso não regressasse por onde veio.

internado na Inglaterra, para não fazer concorrência com o chá da Índia, podendo entrar nos portos ingleses apenas para vir a ser produto de reexportação, aumentou seu volume de exportação, em virtude da queda dos valores alfandegários. A exportação do couro, aguardente de cana-de-açúcar, drogas do sertão e do cacau ("contanto que limpo de impurezas"), revelavam-se bons negócios. De forma geral, Manuel de Oliveira Lima estima que a liberalização comercial resultou em um ganho imediato, para os produtores brasileiros, de 40% a 60%. (LIMA, 1996, p. 137, 138)

Com a abertura dos portos, tornou-se legal, em navios nacionais ou estrangeiros, a exportação de todos os produtos brasileiros por qualquer pessoa, salvo os produtos que eram monopólio comercial da coroa, tais como o pau-brasil.

Houve grande transformação nas condições mercantis do Brasil, tornando-se o Rio de Janeiro o grande entreposto do Atlântico Sul. As mais variadas mercadorias circulavam entre Bahia e Montevidéu. Cresceu sobremaneira o comércio para o norte e também nos sertões mais remotos.

A nova sede da corte tornou-se a praça principal do comércio português com a Índia, a China e as colônias africanas, de onde, após a queda de Napoleão, se faziam as reexportações para Lisboa e demais portos europeus. Considerando as dificuldades políticas na

região do Prata, o próprio comércio para Buenos Aires e Montevidéu também se operou, por algum tempo, através do Rio de Janeiro.

Para facilitar o comércio, estabeleceram-se seguros contra fogo e contra naufrágios. Alargou-se a alfândega. Facilitou-se o movimento das embarcações, a armazenagem e despacho das mercadorias. Mandou-se melhorar os portos, como o de Recife, para conservar limpo o fundo e a entrada livre de bancos de areia.

No plano das atividades comerciais, após a abertura dos portos, o ato mais importante e pleno de consequências do governo de D. João no Brasil foi o Tratado de 1810. Apesar das declarações sobre a reciprocidade e mútua conveniência, o resultado final marcou, no plano internacional, a completa dependência portuguesa em relação à Inglaterra. Prejudicou os interesses mercantis lusitanos de tal forma que foi necessária uma revisão para que os direitos sobre as mercadorias portuguesas, inicialmente de 16%, pudessem ser equiparados às inglesas, taxadas em 15%!

Entretanto, centrando-se exclusivamente no Brasil, os efeitos foram, em certa medida, surpreendentemente benéficos, pois ajudaram a baixar o custo de vida e aumentaram sobremaneira o comércio, seja o atacadista, seja o varejista.

Banco do Brasil

Também é no tempo de D. João que aparece o principal estabelecimento de crédito brasileiro: o Banco do Brasil. O governo dispensou-lhe todo gênero de favores, garantindo os depósitos dos órfãos, das ordens terceiras e das irmandades. A Fazenda Real, a partir de 1812, favorecia-o com impostos criados sob seges, lojas, armazéns, oficinas e navios, pelo período de dez anos. Apesar das dificuldades, o banco chegou a inspirar grande confiança, inclusive de estrangeiros radicados no Brasil.

Infelizmente, quando a família real regressou a Portugal, o banco havia sido posto a saque. Pouco antes de embarcar, o rei ordenou que os desembolsos do banco, nas suas transações com os cofres públicos, fossem considerados como dívidas nacionais, declarando responsável para com essas dívidas a renda do reino do Brasil.

Imigração

Por meio da cláusula X do Tratado de Paz e Amizade, de 1810, de Portugal com a Inglaterra, o governo português se comprometia a abolir gradualmente o trabalho escravo, limitando, de imediato, o tráfico para as colônias portuguesas. Para o governo português, a escravidão representava uma instituição imprescindível à colonização do Brasil. O argumento recorrente para justificar a permanência do

tráfico era a falta de mão de obra para atender às necessidades da lavoura. Assim sendo, o governo iniciou os primeiros esforços para uma imigração europeia subsidiada, registrando-se a instalação de uma colônia suíça na região serrana do Rio de Janeiro, a futura cidade de Nova Friburgo.

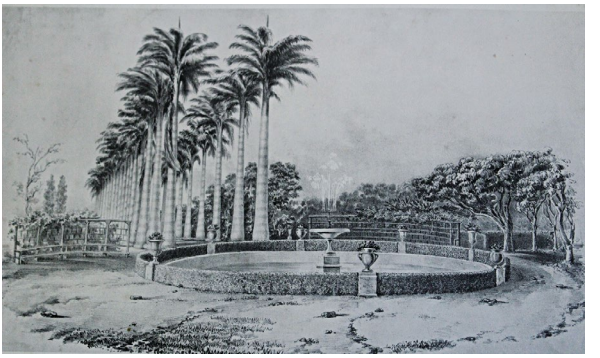
O significativo aumento populacional no Brasil que se seguiu à transmigração da corte e à abertura dos portos às nações amigas também foi devido ao crescimento do número de estrangeiros neste conjunto. Ultrapassado o exclusivo colonial, que restringia as relações comerciais da colônia unicamente com a metrópole e delimitava o fluxo migratório aos portugueses, uma série de medidas é posta em prática, permitindo, inclusive, a concessão de terras a estrangeiros. Além de viajantes, estudiosos e exploradores, são numerosos os casos de estrangeiros que possuíam terras e que as cultivaram.

Agricultura e pecuária

A agricultura foi objeto de acurada atenção. A proibição do cultivo da uva, da oliva e da amora, cujo objetivo era resguardar o mercado para o vinho e azeite reinóis, bem como evitar a produção de seda no Brasil,[44] foram levantadas.

Levantou-se a restrição ao trigo plantado no Rio Grande do Sul, cuja produção, até então, estava proibida de ser exportada para qualquer outra capitania.

44 O bicho da seda somente se alimenta com a folha da amoreira.



Vista do Jardim botânico. Alfredo Martinet. Data desconhecida.
Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro

Ao mesmo tempo, novas culturas foram tentadas. No jardim botânico da Lagoa Rodrigo de Freitas[45] foi criado um viveiro, entre outras, das chamadas árvores de especiarias (canela, cravo, pimenta, noz-moscada, etc.) e, principalmente, da planta do chá. Abrigava-se a ideia de propagar essa última cultura, de modo a vir a suprir inteiramente o mercado europeu, que a importava de muito longe. Seis mil pés foram plantados em 1817. O produto, no entanto, era forte, mas pouco aromático, ainda

45 O Real Horto tem sua origem em 1808, quando, através de decreto, a Coroa se apossava do engenho e das terras denominadas da Lagoa Rodrigo de Freitas. No mesmo ano, o príncipe regente criou o cargo de Feitor para a fazenda da Lagoa e, no ano de 1809, plantou pessoalmente a primeira palmeira do horto, a *palma mater* (em 1972, um raio derrubou a palmeira que havia sido plantada por D. João, contava então com 38 metros de altura). Através de um alvará, D. João criou, em 1810, o cargo de diretor das Culturas das Plantas Exóticas dos Jardins e Quintas Reais e estabeleceu um Jardim Botânico com a mesma finalidade.

grosseiro e com gosto de terra, no dizer de Spix e Martius. (LIMA, 1996, p. 144)

O plano não gorou por imprestabilidade do solo, mas em virtude do aumento dos salários determinados pela animação industrial e "da morosidade dos centos de chineses importados", fazendo assim o chá brasileiro sair muito caro.

Para propagar a cultura do vinho, importaram-se 80.000 bacelos, que o príncipe regente mandou distribuir a quem se dispusesse a plantar.

Em 1809, fora autorizada à Junta do Comércio do Brasil e domínios ultramarinos a estabelecer prêmios às pessoas que fizessem aclimatar, em qualquer parte do território, árvores de especiaria fina da Índia, e que introduzissem, ou melhorassem, a cultura de vegetais, estranhos e indígenas, que fossem úteis, seja na farmácia, na tinturaria ou demais utilidades. Naquele mesmo ano, a primeira medalha de ouro foi outorgada ao chefe de divisão Luiz de Abreu que, quando prisioneiro de guerra na ilha de França, ou Maurícia, ao ser resgatado, trouxe consigo sementes que floresceram no horto botânico. (LIMA, 1996, p. 144)

Deste mesmo modo, introduziram-se na flora brasileira a moscadeira, a canforeira, o abacate, o cravo da Índia, a caneleira e a chamada árvore de carvão. De Caiena, onde já estavam aclimatadas, vieram também exemplares das mesmas espécies. O café, que da mesma forma veio da Guiana francesa, havia sido "importado" pouco antes da chegada da família real.

As especiarias colhidas nas plantações do Brasil, a partir de 1810, ficaram isentas do dízimo e demais direitos tributários por dez anos. Igual isenção se decretou no mesmo ano para os fios de algodão, tecidos e estamparias de algodão, seda ou lã de fabricação brasileira.

Aos portugueses que emigrassem para o Brasil e quisessem fixar-se como agricultores, mandou-se, em 1811, distribuir lotes de terras, instrumentos de lavoura e gado, além de uma mesada nos primeiros tempos. Acolhimento que se estendeu a estrangeiros vindos para se dedicarem à lavoura.

O governo também procurou melhorar as raças equinas, com a importação de animais andinos, e aclimatar alcunhas e alpacas das regiões montanhosas do Pacífico. (LIMA, 1996, p. 131)

Manufaturas e indústria

As manufaturas e indústrias, até então vivamente controladas e proibidas, para não diminuírem o mercado, nem criarem concorrência, as reinóis, se emanciparam totalmente. A abertura foi completa, inclusive para o capital e mão de obra estrangeira, sem distinção da nacional.

O alvará de 28 de abril de 1809 isentou as matérias-primas importadas para emprego nas manufaturas nacionais.

Houve o desenvolvimento de projetos para a criação de ovelhas, com o escopo de criar condições para instalar no Brasil uma indústria de lanifícios. Ouviram-se, então, os primeiros vagidos das indústrias de tecidos.

Iniciou-se a metalurgia no Morro da Fábrica de Ipanema, nas proximidades de Sorocaba, São Paulo, e no Morro do Pilar, a 25 léguas do Tejuco, em pleno distrito diamantino, nas Minas Gerais.[46]

Permitiu-se a prática da ourivesaria como indústria, algo antes proibido nas regiões auríferas, para não se furtar ao quinto e à taxa da cunhagem o mineral extraído.

Pouco antes de vir ao Brasil, já determinara ao governador do Grão-Pará o estabelecimento de um sistema fixo para os cortes regulares de madeiras das matas e de um plano para assegurar a sua reprodução, bem como promover a sua exportação para a Europa.[47]

Entraram a construir, nos estaleiros, navios não só de guerra como mercantes, pelo que se ordenou a remissão de metade dos direitos de entrada sobre objetos empregados na construção naval. Começaram a fabricar, nos arsenais de marinha brasileiros, petrechos náuticos,

46 Houve uma festa em Tejuco quando chegou à vila a primeira barra de ferro fundida no Morro do Pilar: "cavaleiros loução foram ao encontro dos carros puxados por juntas de bois, acompanhando-os entre aplausos ao príncipe regente, cuja efígie encimava os carros no meio de várias alegorias à mineração, cornucópias de abundância, ciclopes batendo o ferro e um gênio calcando a inveja". (LIMA, 1996, p. 145)

47 Aviso de 22 de novembro de 1796. (LIMA, 1996, p. 131)

tais como velas e cordas, para o que se fizeram, no Rio Grande do Sul, plantações de cânhamo.

Concederam-se privilégios aos inventores ou introdutores de alguma nova máquina ou invento.

O protecionismo oficial, no entanto, absteve-se de conceder favores que proibissem a concorrência, para não "dar lugar a estancos e monopólios", até mesmo porque a Inglaterra, de quem o governo se via dependente, velava para que isso não acontecesse.

Os favores exagerados concedidos à Inglaterra, ou melhor, arrancados por sua eficiente diplomacia, amparada que estava por sua esquadra, ceifaram o melhor das esperanças que se podiam derivar da política de incentivo à indústria desenvolvida pelo governo de D. João.

Os correios, a abertura de caminhos e situação das capitanias

Os correios foram estendidos a todas as capitanias. Estabeleceu-se o telégrafo aéreo na costa.

A capitania de Minas Gerais, por causa da crescente improdutividade das minas de ouro, estava em transição para uma fase agrícola, pastoril e embrionariamente industrial. Um dos esforços mais tenazes de D. João para desbravar a terra brasileira ia justamente localizar-se naquela capitania, buscando, com empenho, abrir comunicações do mar para Minas Gerais.

Da mesma forma, empenhou-se na criação de um sistema de comunicações fluviais pelo interior do Brasil, procurando beneficiar as capitanias de Mato Grosso e de Goiás.

Sob o governo do conde dos Arcos, durante o reinado de D. João VI, a Bahia se desenvolveu muito, tendo os recursos da própria capitania propiciado obras de utilidade e benefício públicos.

Pernambuco usufruía de grande prestígio econômico, sendo, por excelência, a terra do açúcar e do algodão. Recife era um porto privilegiado de comércios triangulares, envolvendo a Índia e a África portuguesas e os Estados Unidos.

No Maranhão, a expansão da agricultura consolidara-se através do sucesso do comércio do algodão e do arroz.

Melhoria da tropa

Chegando ao Brasil, o príncipe regente teve que se ocupar com a sua organização militar, uma vez que as forças instaladas na colônia, como tudo mais, não satisfaziam nem às mais prementes necessidades do reino.

Destarte, em maio de 1808, criou o primeiro regimento de cavalaria, valendo-se dos antigos esquadrões da guarda dos vice-reis. Procurou reproduzir a organização existente em Portugal, com oito companhias em cada regimento. Simultaneamente, criou a Guarda Real do Príncipe e os Arqueiros da Guarda Real, para seu serviço pessoal e do paço.

O Corpo da Brigada Real da Marinha foi transformado em Regimento de Artilharia da Marinha, com três batalhões e oito companhias cada um. A Brigada Real de Cavalaria de Milícias foi também transformada em regimento, assim como o Batalhão de Caçadores Henriques.

Uniformes do exército brasileiro. (BARROSO, 1922, p. 119).
BNDigital

É importante ressaltar que as preocupações do governo não se limitavam à corte. Em Pernambuco, o

número de voluntários reais contava com efetivo de mil homens, e a legião, fundada em São Paulo em 1775, e que, desde então, passou a combater os espanhóis do Sul, teve seus efetivos consideravelmente aumentados e várias unidades organizadas por especificidades táticas: infantaria, cavalaria, artilharia a cavalo e caçadores.

Em várias outras províncias, também se fizeram sentir os efeitos dos esforços de reorganização militar. Nas Minas Gerais, procedeu-se à organização das divisões, com a criação de tropas em Mariana e em Ouro Preto. Na Bahia, no Rio Grande do Sul, no Ceará, em Goiás, registrou-se a criação de tropas de pedestres, dragões, pretos, pardos, polícias e milícias, além da fundação do Regimento dos Guaranis, integrado por índios das missões.

Destaque especial foi a transferência, para o Brasil, de toda uma divisão portuguesa, conhecida como a Divisão Auxiliadora, composta de um efetivo de mais de 4.800 homens, veterana das guerras peninsulares contra Napoleão Bonaparte.

A cidade do Rio Grande, na capitania do Rio Grande do Sul, era a praça de guerra do Brasil meridional, sendo sua condição militar superior à da capital. Lá, a imigração portuguesa aumentou espontânea e gradualmente.

Por fim, é importante acentuar que o príncipe regente não se preocupou apenas com a reorganização das tropas, mas procurou também criar escolas militares e arsenais. Assim, datam deste período a instituição da

Real Academia Militar[48] e a inauguração de novas oficinas de armas, na Fortaleza de Santa Cruz da Barra, na Baía de Guanabara, e a instalação de várias fábricas de espingardas, na província de Minas Gerais.

Arquivo cartográfico central

Pelo decreto de 7 de abril de 1808, foi criado no Rio de Janeiro um arquivo central para nele se reunirem e conservarem todos os mapas e cartas, tanto das costas como do interior do Brasil, e também de todos os domínios ultramarinos portugueses, mandando-se-lhes agregar "engenheiros e desenhadores", os quais examinariam as cartas das diversas capitanias e territórios do Brasil e exporiam o seu juízo sobre a autenticidade e exatidão, ou sobre a necessidade de serem corrigidas ou levantadas de novo.

Esses mesmos funcionários deveriam publicar um manual topográfico expondo os melhores métodos de aperfeiçoamento das medidas geodésicas e da construção e levantamento de cartas de grande ou de pequenos territórios. Conservariam, outrossim, todos os planos de

48 A Real Academia Militar sucedeu à Real Academia de Fortificação, Artilharia e Desenho que sua mãe, D. Maria I, fundara em Lisboa em 1790 e que teria uma "versão" colonial no Rio de Janeiro, em 1792, na Casa do Trem, hoje Museu Histórico Nacional.
A Real Academia Militar está na raiz da Aman (Academia Militar das Agulhas Negras).

fortalezas, fortes e baterias; todos os projetos de estradas, navegações de rios, canais, portos; tudo o que dissesse respeito à defesa e conservação das capitanias marítimas, ou fronteiriças; e a tudo o que fosse relativo a projetos de campanhas militares.

Melhoria da cidade e da saúde pública

A cidade do Rio de Janeiro gozava do hospital mantido pela Irmandade da Santa Casa da Misericórdia, além do Hospital Militar. D. João providenciou a fundação de uma Casa de Expostos, para acolher os menores abandonados, que agregou à Santa Casa. Ademais, se preocupou em tentar aumentar o conforto nos hospitais existentes.

Esboçou-se um jardim público para o Campo de Sant'Ana. Animou-se, por meio da isenção de décimas, a edificação da cidade nova, ligando o Campo de Sant'Ana, limite da velha, com a quinta de São Cristóvão. Todo esse terreno, que era alagadiço, assim como o que fica para trás dos morros da Gamboa, Saco do Alferes e Ponta do Caju (nesta elevação se estabelecera o almirante inglês com a estação de sinais para a esquadra sob seu comando), estava sendo dessecado e ia-se gradualmente cobrindo de habitações.

Apesar de à época a intendência da Polícia absorver funções vinculadas à higiene da cidade, aos 28 de julho de

1809, foi criado o cargo de provedor-mor da saúde da corte e Estado do Brasil, tendo por ofício vigiar os navios que chegavam aos portos, estabelecendo quarentenas e evitar o comércio e consumo de gêneros alimentícios estragados.

Assim sendo, foi baixado o alvará de 22 de janeiro de 1810 que regulamentava a armazenagem do trigo, o exame e vistoria dos matadouros, a designação de pastagens para as boiadas antes de serem abatidas, a fim de assegurar a qualidade da carne fornecida à população, bem como a qualidade das drogas vendidas nas boticas.[49]

Administração pública, Poder Judiciário e Polícia

No antigo regime, a "Casa de Suplicação", juntamente com a "Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens", eram as mais altas instâncias judiciais do império colonial português, ambas localizadas na metrópole.

A Casa de Suplicação, diretamente vinculada ao poder régio, era o principal tribunal, e tinha por competência pôr todas as petições ao rei, como mercês e perdões, exceto nas questões referentes à fazenda pública, ao patrimônio da coroa, às obras e contas dos conselhos e alguns crimes.

Quando da transferência da corte para o Brasil, D. João, aos 10 de maio de 1808, elevou o Tribunal da

49 Padre Luiz Gonçalves dos Santos. (apud LIMA, 1996, p. 157)

Relação do Rio de Janeiro à condição de Casa de Suplicação do Brasil.

Até então, havia dois tribunais superiores no Brasil: o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro, criado em 1751 para absorver as denúncias judiciais das comarcas ao sul da Bahia,[50] e o Tribunal da Relação do Estado do Brasil, sediado em Salvador da Bahia, com jurisdição sobre as comarcas ao norte do estado. Em termos administrativos e judiciários, o estado do Grão-Pará e Maranhão reportava-se diretamente a Portugal.[51]

Com a promoção do Tribunal da Relação do Rio de Janeiro a Casa de Suplicação, esta passou a ser tribunal de última instância, com a mesma competência atribuída à Casa de Suplicação de Lisboa. Assim, julgava todos os recursos, agravos e apelações, inclusive aqueles advindos da Relação da Bahia e da Relação do Maranhão (tribunal criado em 1812).

Unificava-se, do ponto de vista administrativo-judiciário, o território brasileiro.

À Casa de Suplicação do Rio de Janeiro também foi atribuída jurisdição sobre a Ilha da Madeira e aos Açores.

---

50 Eram as seguintes as comarcas cuja jurisdição o Tribunal da Relação do Rio de Janeiro abrangia: Rio de Janeiro, São Paulo, Ouro Preto, Rios das Mortes, Sabará, Rio das Velhas, Serro Frio, Cuiabá, Goiás, Itacazes, Ilha de Santa Catarina, Paranaguá e Espírito Santo.

51 Por uma questão de ventos e correntes marinhas era muito mais fácil se navegar do Grão-Pará para Lisboa do que para a Bahia ou para o Rio de Janeiro.

Já a Mesa do Desembargo do Paço e da Consciência e Ordens foi instalada no Rio de Janeiro pelo alvará de 22 de abril de 1808, reproduzindo no novo mundo duas antigas instituições lusas. Eram fundidos, mas não confundidos, dois tribunais reais: a Mesa do Desembargo do Paço e a Mesa da Consciência e Ordens. Tinham caráter consultivo e se encarregavam, o primeiro, de questões jurídicas vinculadas à justiça, o outro, a assuntos eclesiásticos.[52]

Quanto à primeira Mesa, o alvará determinava que lhe caberiam "todos os negócios que, por bem de minhas leis, decretos, ordens, são da competência da Mesa do Desembargo do Paço e todos os demais que pertenciam ao Conselho Ultramarino e que não forem militares". Quanto à segunda, afirmava que deveria "fiscalizar e promover os negócios e direitos das Três Ordens Militares

52 O Desembargo do Paço foi criado por D. João II para que analisasse petições extraordinárias que viessem a se chocar com disposições legais vigentes e, por consequência, exigissem uma "graça" do soberano. Concessão de perdões, autorização de recursos fora do prazo, confirmação de doações, dispensas de impedimentos por idade, etc.
Já a Mesa de Consciência e Ordens, surgida sob o reino de D. João III "descarregava" a consciência do Rei nos assuntos atinentes à manutenção e expansão da religião cristã nas regiões conquistadas e descobertas pela coroa lusitana. Era tribunal diretamente vinculado ao "padroado régio". Se manifestava, assim, em problemas vinculados ao estabelecimento de paróquias, construção de capelas, confirmação de irmandades, indicação de bispos e nos negócios das Três Ordens Militares: Ordem de Cristo; Santiago da Espada e São Bento de Avis (que em suas origens eram ordens de monges militares).
Cada Mesa possuía servidores próprios. Ainda que o Presidente e membros ("deputados") fossem os mesmos. O Desembargo do Paço funcionava três dias da semana, e nos demais dias funcionava a Mesa de Consciência e Ordens.

que, como Grão-Mestre e perpétuo administrador desejo manter e conservar".

D. João também se preocupou em criar uma infinidade de vilas e comarcas judiciais novas. Tais reorganizações administrativas acabaram em redundar em uma significativamente maior celeridade processual, até porque os autos não mais precisavam ir a Lisboa.[53]

No Rio de Janeiro, foi criada a Polícia da Corte, garantindo não apenas a ordem pública, mas, sobretudo, as modificações e as posturas que se faziam necessárias à adequação daquele espaço para sediar a corte.

Por decreto datado aos 13 de maio de 1809, aniversário de D. João, estabeleceu-se a Intendência de Polícia no Brasil. Como modelo, usou-se regimento, jurisdição e poderes com que fora fundada, em Portugal, corporação similar.

O cargo de intendente-geral da Polícia foi confiado a um magistrado de elevada categoria e reconhecida energia, o desembargador e ouvidor-geral do crime Paulo Fernandes Viana. Dele, o coronel Maler diria: "O intendente de Polícia é um brasileiro a quem não faltam zelo e atividade (...). Cada

53 Curioso era o Alvará de 9 de julho de 1810, que determinava que passassem pela chancelaria da Casa de Suplicação todas as sentenças e cartas dos juízes da corte, para que as decisões de primeira instância sempre estivessem de acordo com a alçada superior, tudo com o escopo de que "não perigassem o direito dos litigantes", nem fossem contrários "à utilidade pública e particular dos meus fiéis vassalos". De certa forma, via-se uma aplicação prática da "Lei da Boa Razão", de 1769, segundo a qual as decisões da Casa de Suplicação, expressas através dos seus assentos, deveriam ter força de lei, vedando interpretações distintas das instâncias inferiores.

dois dias tem uma conferência com o rei, que o estima muito, como repetidamente me tem testemunhado."[54]

Além das atividades policiais de vigiar a cidade, reprimir os crimes, coibir o contrabando, extinguir incêndios e mais serviços de segurança individual; cabia-lhe, outrossim, não poucos serviços que hoje atribuiríamos à edilidade, tais como: o abastecimento d'água da capital, a construção de pontes e calçamentos, estradas e canais, iluminação pública e mesmo a colonização.[55]

O caixa da intendência, de que Paulo Fernandes Viana cuidava pessoalmente e cujos fundos advinham não do erário régio, mas de loterias e donativos dos ricos, também concorreu para os festejos públicos da monarquia. Tais festas, o intendente afirmava, eram obrigação da Polícia, pois era sua obrigação "trazer o povo entretido e promover o amor e respeito dos vassalos para com o soberano e sua real dinastia". Também lhe parecia ser dever da Polícia amparar os indigentes, pelo que mandou

54 Registre-se que após a substituição do desembargador Paulo Fernandes Viana na Intendência da Polícia por Pereira da Cunha, as fontes nos dizem que "pioraram muito as condições policiais da cidade". (LIMA, 1996, p. 155)

55 O desembargador, ouvidor e intendente de polícia mandou vir casais de açorianos como colonos, pagando-lhes o cofre da Intendência as passagens e a todos se dando habitações, terrenos, ferramentas, carros e bois ou cavalos. Também era dele o plano geral de imigração portuguesa aprovado pelo príncipe regente em dezembro de 1810, para aproveitar na lavoura brasileira os expatriados por motivo das repetidas invasões francesas. (LIMA, 1996, p. 155)

levantar casas que foram "arrendadas à pobreza". (LIMA, 1996, p. 156)

Paulo Fernandes Viana conseguiu, da mesma forma, financiar tanto o aquartelamento do corpo da guarda real da Polícia como o pagamento dos soldos das praças. (LIMA, 1996, p. 156)

Nas atribuições da Intendência da Polícia também se encontrava encargos de higiene, tendo ficada famosa a "resolutíssima vassoura do Desembargador Paulo Fernandes Viana", lembrada por Luís Edmundo.

Centros de estudos superiores

Há autores que denunciam que as "anotações pessoais de D. João não pareçam indiciar uma relação fácil e frequente com a escrita", ou que se furtava ao convívio dos homens intelectualmente mais destacados do seu tempo (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 38). Diz-se ainda que, com exceção da música, não manifestou grande interesse pelas artes, e que sua corte jamais se mostrou um centro de cultura como tantos outros do seu tempo. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 29, 30)

Os fatos, porém, demonstram que, no Brasil, sua atuação foi diferente, pois o seu governo foi marcado por incentivo ao desenvolvimento do ensino e à promoção das ciências e das artes.

D. João escolheu e, por conseguinte, conviveu com uma série de ministros de Estado que eram verdadeiros intelectuais, tais como o conde de Linhares e o conde da Barca. Ademais, sua gestão pública iria contemplar vários planos de ensino, fosse ele: científico, literário ou artístico, compatíveis com as exigências decorrentes da instalação da sede do reino no Rio de Janeiro. Além de imperioso, o aparelhamento militar e sanitário da cidade pareceu, ao rei e aos seus sucessivos ministros, ser igualmente urgente equipar a sede da monarquia com meios culturais condignos.

D. João aproveitou-se, inclusive, dos membros da intelectualidade nativa, tais como José da Silva Lisboa. Formado em filosofia e em direito canônico em Coimbra, antigo professor de filosofia e de grego em Portugal, versado em economia política, conseguiu inspirar, no príncipe regente, a necessidade da imediata abertura dos portos, e foi, em seguida, convidado a lecionar, no Rio de Janeiro, a cadeira de economia política, adrede criada especialmente para si, através da Carta Régia de 23 de fevereiro de 1808.

A carta régia declarava ser absolutamente necessário o estudo da economia, sobretudo na conjuntura que o Brasil atravessava "e em que oferecia a melhor ocasião de se porem em prática muitos dos seus princípios para que os brasileiros, mais instruídos, com mais vantagens pudessem servir o rei". (LIMA, 1996, p. 138)

O primeiro Cairu foi autor de várias memórias encomendadas por D. João e ocupou vários cargos na sua administração.

Assim, aderindo ao posicionamento de Ismênia de Lima Martins, podemos dizer que, se o convívio íntimo do rei não era partilhado com os sábios e os eruditos, no seu governo americano, D. João contou com colaboradores, por ele escolhidos, que se destacavam por sua qualificação intelectual. (MARTINS, 2010)

Neste contexto, foram criadas sucessivamente várias instituições e as primeiras escolas de ensino superior. Tal iniciativa reveste-se de grande importância, pois elas inexistiam na América portuguesa, ao contrário da América espanhola, onde já havia universidades desde o século XVII.

Em 1808, foram criadas a Academia Médico-Cirúrgica da Bahia, a Escola Anatômica, Cirúrgica e Médica do Rio de Janeiro e a Academia Militar, tal como a Biblioteca Real[56], em 1810.

No caso do ensino médico, a importância das aulas práticas mereceu a atenção do príncipe, mesmo nos seus dias de repouso, na Fazenda de Santa Cruz. Daí foi expedido o aviso, de 24 de novembro de 1814, enviado ao conde de Funchal[57], pelo marquês de Aguiar, que afirmava a determinação do príncipe regente para que se

56 Núcleo da futura Biblioteca Nacional.

57 O representante do príncipe regente junto à corte inglesa.

remetesse à corte os gêneros que se fazem necessários para o ensino das aulas médico-cirúrgicas. E enumerava, entre os itens solicitados, peças de gesso reproduzindo ossos e uma boneca de camurça.[58]

Imprensa régia

Igualmente relevante foi a instalação da Imprensa Régia no Rio de Janeiro. Logo iniciou-se a publicação da *Gazeta do Rio de Janeiro*, dirigida pelo frei Tibúrcio da Rocha, cujo primeiro número é de 10 de setembro de 1808. A gazeta continha os atos, decisões e ordens do governo, a comemoração dos aniversários, natalícios da família real e a das festas na corte, odes e panegíricos às pessoas reais, e a notícia dos principais acontecimentos da guerra peninsular.

A Imprensa Régia também tinha como objetivo fabricar livros em branco para escrituração, encadernar impressos e prover "todas as obras pertencentes ao ofício de livreiro". (SILVA, 2007, p. 177)

Ademais, editava livros. Assim, foi responsável pelo pioneirismo nas edições brasileiras e particularmente pela publicação de obras a serem utilizadas nas escolas recém-criadas. Entre os inúmeros exemplos, destaca-se a publicação do tratado *Dos princípios de direito mercantil*, de José da Silva Lisboa, além de, em 1810, do *Tratado de*

58 Aviso 225, de 24 de novembro de 1814. (MARTINS, 2010)

inflamação, feridas e úlceras, dedicado ao príncipe regente. (MAZAREM apud MARTINS, 2010)

Nos anos de 1814 e 1815, foram impressos manuais de matérias médicas, consideravelmente volumosos para a época, 243 e 293 páginas, respectivamente, feitos "por ordem de Sua Alteza Real".[59] Assim, foi responsável pelo pioneirismo nas edições brasileiras e particularmente pela publicação de obras a serem utilizadas nas escolas recém-criadas.

A Academia Real Militar, onde se lecionava engenharia civil e mineralogia, também recebeu atenção da Imprensa Régia, pois publicou-se, por ordem real, em 1811, um compêndio de álgebra, traduzido do francês, e, no ano seguinte, outro de geometria descritiva, adaptado às artes, além de um de mecânica, que tratava de estática, dinâmica, hidrostática e hidrodinâmica, todos destinados aos alunos daquela instituição. (LACROIX, SANTOS E SOUZA, FRANCOUER apud MARTINS, 2010)

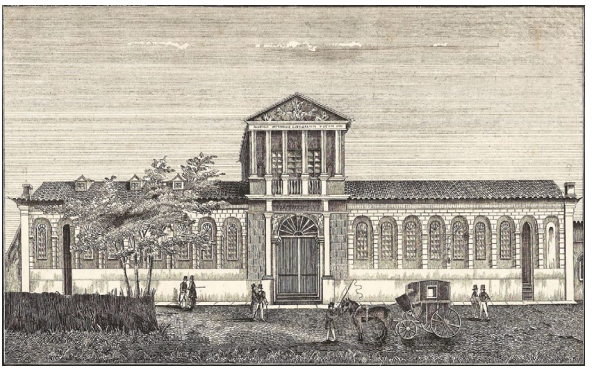
Missão Artística Francesa de 1816

No cenário das artes plásticas, destaca-se o legado dos artistas da Missão Artística Francesa de 1816, liderado pelo secretário-perpétuo da classe de literatura e belas-artes do

59 Note-se que a expressão "Por Ordem de Sua Alteza Real" ou "Por Ordem de Sua Majestade" significava não apenas a chancela da coroa à obra que se editava, mas que sua publicação não implicava gastos para o seu autor. (BONTEMPO apud MARTINS, 2010)

Instituto de França, Joaquim Lebreton.[60] A missão tinha como objetivo a criação de uma academia de belas-artes, nos moldes da instituição francesa, projeto patrocinado pelo conde da Barca.

O grupo, integrado por pintores, escultores, arquitetos, gravadores, era também composto por professores de mecânica e artesãos especializados: ferreiros, serralheiros, curtidores e carpinteiros, com o objetivo de desenvolverem as indústrias. Esses últimos eram particularmente importantes, uma vez que, no projeto do conde da Barca, não se tratava apenas de se criar uma escola de artes, mas de uma escola de ofícios.



Academia de belas artes. Autor e data desconhecidos.

Museu Histórico da Cidade do Rio de Janeiro / Secretaria Municipal de Cultura da cidade do Rio de Janeiro

60 Além de Joaquim Lebreton, os principais integrantes da missão artística francesa foram: Nicolau Antônio Taunay (pintor de paisagens do Instituto de França); Augusto Maria Taunay (escultor); João Batista Debret (pintor de história e decorações); Grandjean de Montigny (arquiteto); e Simão Pradier (gravador). O grupo total, contando com os técnicos e respectivas famílias, contava com cerca de quarenta pessoas.

A morte do conde da Barca, em junho de 1817, deixou vago o lugar de promotor e mecenas, e a conjuntura pouco favorável criada pela Revolução Pernambucana de 1817 e pela Revolução Liberal do Porto, em 1820, além do alto custo dos festejos do casamento do príncipe herdeiro e da aclamação do rei – ocasiões em que os serviços dos membros da Missão Artística Francesa foram fartamente utilizados – adiaram a inauguração da academia, o que só se concretizaria com D. Pedro I, em 1826.

A questão do grupo francês serve para demonstrar o empenho de D. João em manter, na sede de sua corte brasileira, profissionais que permitissem a elevação do nível cultural e artístico do Rio de Janeiro.

Biblioteca Nacional

Para um monarca que "não apresentava relação fácil e frequente com a escrita" (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 38), a atuação de D. João relativamente à sua biblioteca e a seu gabinete é surpreendente.

O terremoto de Lisboa e o incêndio que se seguiu destruíram a parte mais significativa da Real Biblioteca,

que se encontrava no Paço da Ribeira.[61] Logo em seguida, D. José empreendeu grande esforço para suprir tal perda, procedendo a várias aquisições, realizadas tanto em Portugal quanto em toda a Europa, acolhendo também doações. Este processo teria continuidade com D. João.

No Brasil, desde 1811, a Biblioteca Real foi aberta ao público, mediante certos cuidados de caráter administrativo. A partir de 1814, a consulta foi definitivamente franqueada a todos.

No Brasil, a aquisição de livros para a Biblioteca Real continuou. Em 1811, após a morte do grande botânico frei José Mariano da Conceição Vellozo, sua coleção de livros manuscritos, estampas, desenhos e chapa de cobre foram incorporados à Real Biblioteca.

O conde da Barca, falecido em 1817, teve sua coleção leiloada por seu herdeiro. Conhecedor de tal fato, o rei ordenou os meios para que fosse adquirida a livraria de seu antigo ministro, integrando os mais de seis mil volumes ao acervo da Biblioteca Real. Em 1818, D. João autorizou a aquisição do acervo de José da Costa e Silva, para ser igualmente incorporada à Real Biblioteca.

61 Os reis de Portugal, ainda que não fossem sobremaneira cultos, ficaram famosos pelo fato de colecionarem livros. Era a "famosa biblioteca dos reis", ou a enorme coleção das obras "ajuntadas" pelos monarcas. Diz-se que os livros reunidos eram tantos e tão raros que a Real Livraria era reconhecida como sendo uma das mais famosas e completas da Europa. Destruída no incêndio que se seguiu ao terremoto na manhã de 1º de novembro de 1755, dela ficou apenas a lenda de sua grandeza, pois não há registro dos livros ali guardados, e a ânsia de sua recomposição.

Segundo depoimento do livreiro real, Luís Joaquim dos Santos Marrocos, D. João era uma presença constante no gabinete real, geralmente acompanhado por D. Maria Teresa, sua filha mais velha e dileta, que amiúde secretariava o pai.

A corroborar essas afirmações, existem, no Arquivo Nacional, documentos nos quais transparece o cuidado de D. João com os arranjos da documentação do seu real gabinete, hoje em parte no Arquivo Nacional, exibindo muitas peças anotadas pessoalmente pelo rei.

Ana Canas Delgado Martins, em seu exaustivo estudo sobre o arranjo e as conturbadas idas e vindas da documentação portuguesa no período joanino, referindo-se aos documentos do gabinete de D. João, afirma que muitos documentos:

> (...) tem uma espécie de sumários acrescentados pelo punho de D. João VI e usados para recuperar informação desses documentos. Referem o assunto cruzando-o com o destinatário e ou o remetente, por vezes datas e tipos de documentos: "trata dos negócios de Lisboa em 26 de janeiro de 1821". "Papel do barão do Rio Seco sobre os bilhetes da alfândega". (GOVERNAÇÃO... apud MARTINS, 2010)

Por fim, abriram-se livrarias no Brasil.

Os hábitos sociais

Assim que chegou ao Rio de Janeiro, D. João procurou fazer com que a capela real tivesse as mesmas magnificências da Catedral Patriarcal de Lisboa. Logo no ano de sua chegada, elevou a monsenhores os cinco dignitários do cabido da Sé, agregando-lhes um arcipreste. Aumentou o número de capitulares e de todo o pessoal e concedeu aos cônegos o uso do roquete, capas magnas e murças encarnadas. (PIZARRO apud LIMA, 1996, p. 143)

Da pompa do culto derivou-se um efeito salutar sobre os hábitos domésticos, mais se relaxando a reclusão feminina. Atraídas pela grandeza desusada das cerimônias, entraram as mulheres a frequentar com maior assiduidade as igrejas e, por consequência, a comparecer nos divertimentos profanos que constituíam o ordinário acompanhamento popular das festas sacras. Com o amiudarem-se as saídas, desenvolveu-se o gosto pelo vestuário, surgiu com ele a preocupação da moda, e o convívio geral ganhava uma nota de distinção.

O príncipe regente também espalhou o gosto, nele muito pronunciado, pelas representações cênicas, frequentando o teatro com a família real. Logo a corte o seguia e, sob o pretexto de um passatempo intelectual, se estabeleceu um ponto de reunião mundana acessível a muita gente.

Melhorou-se substancialmente a qualidade do passadio, a começar pelo pão, o asseio nas vendas dos comestíveis e até varredores de ruas surgiram.

Situação da sede da corte e elevação do Brasil a reino

Merece destaque especial a nova relação que se estabeleceu entre o Rio de Janeiro e as diferentes regiões do país depois da instalação da corte naquela cidade. Tanto as relações comerciais quanto as comunicações ampliaram-se consideravelmente. Representantes de todas as capitanias, assim como de todas as partes do império colonial, compareciam às grandes efemérides da corte e prestavam suas homenagens ao rei. Participavam das cerimônias do beija-mão e enviavam presentes. Considerando o progresso das capitanias de São Paulo e Minas Gerais, as estradas que as ligavam à corte passaram a ser bastante frequentadas, nelas cruzavam-se, a miúdo, caravanas com o correio do rei. Logo encontravam-se desbravadas e tinham suas zonas marginais consideravelmente habitadas

Quanto à elevação do Brasil à condição de reino, fato de substancial importância política, foi, na realidade, uma primeira constatação dos efeitos da obra joanina. Nesse sentido, Manuel de Oliveira Lima afirma, *in verbis:*

> A elevação do Brasil a reino, além de ser uma afirmação solene da sua integridade territorial, foi a derivação lógica e a consequência necessária de um estado de coisas criado por circunstâncias fortuitas, mas não menos imperiosas. Em primeiro lugar era impossível esquecer que o Brasil foi a tábua de salvação da dinastia portuguesa, a âncora da monarquia batida pelas tempestades (...). (LIMA, 1996, p. 341)

Política externa

Ainda que a busca da neutralidade fosse a linha mestra da política externa portuguesa, ela não pôde ser mantida quando da invasão de Portugal por Napoleão Bonaparte. No Brasil, uma vez instalada a corte, a conquista de Caiena, ao norte, se afigurava como consequência lógica dos fatos. Já ao sul, a anexação da banda oriental do Rio Uruguai representou a busca pela consolidação de uma política que vinha de séculos, a busca do Rio da Prata como sendo a fronteira meridional natural do Brasil.

Portugal, ao intervir no Prata, alegou a desagregação da ordem no vice-reino do Prata, que colocava em risco a segurança da parte meridional do Brasil.

Dada a reação da Espanha à ocupação da cidade de Montevidéu, invocando o auxílio das potências europeias contra Portugal, D. João declarou sua intenção de

que, uma vez terminados os movimentos anárquicos na fronteira, em que se envolviam rebeldes argentinos e uruguaios, e uma vez que a capitania de São Pedro do Rio Grande do Sul não fosse contagiada pelas desordens platinas, retirar-se-ia de lá.

Com relação à Guiana Francesa, ainda que, contrariamente à vontade de D. João, tivesse de ser devolvida à França, procurou-se, ao menos, obter o reconhecimento dos limites que Portugal reivindicava para o Brasil na região. D. João, neste ponto, foi relativamente bem-sucedido, uma vez que desocupou a região apenas até o rio Oiapoque, impondo-o como o limite setentrional dos domínios portugueses na América.

V

A VOLTA

CAPÍTULO V

A volta

> D. João VI não foi o que se pode chamar um grande soberano de quem seja lícito referir brilhantes proezas militares ou golpes audaciosos de administração: não foi um Frederico II da Prússia nem um Pedro I da Rússia. O que fez, o que conseguiu, e não foi pouco, fê-lo e conseguiu, no entanto, pelo exercício combinado de dois predicados que cada um deles denota superioridade: um de carácter – a bondade, o outro de inteligência – o senso prático ou de governo. Foi brando e sagaz, insinuante e precavido, afável e pertinaz. (LIMA, 1996, p. 577)

Em Portugal, após a descoberta da conspiração de 1805, em que membros da alta nobreza, secundados por D. Carlota Joaquina procuraram destituí-lo da regência, D. João abandonou o Palácio de Queluz e instalou-se no Palácio Nacional de Mafra, até sua partida para o Brasil.

No Rio de Janeiro, a natureza, o clima e a curiosidade pela nova terra deram ao príncipe regente o entusiasmo necessário para circular regularmente entre o Paço da Cidade e o Palácio de São Cristóvão. Além disso, passava pequenas temporadas na Real Fazenda de Santa

Cruz, nas ilhas de Paquetá e do Governador e em São Domingos – Praia Grande, a atual Niterói.

O prédio principal da Fazenda Santa Cruz, antiga propriedade do Colégio Jesuítico do Rio de Janeiro, tornou-se uma residência campestre da família real. D. João costumava visitá-la com regularidade. Lá procurava desfrutar de um clima mais ameno durante o verão, dedicando-se à caça, esporte muito estimado pelo príncipe e por seus filhos, sendo a "Coutada Real de Santa Cruz" vedada para estranhos.

De Santa Cruz, D. João costumava ir para a Ilha do Governador, onde mantinha outro campo de caça. Na ilha, o príncipe hospedava-se na casa do visconde do Rio Seco, a mais nobre residência da localidade. Lá se entretinha na caça. Armava barraca ou assentava-se abaixo de alguma árvore, onde pousava algumas horas entretido, a espera que passasse por ali alguma caça. (MORAIS apud MARTINS, 2010)

D. João frequentava regularmente uma residência de verão em Paquetá, circulava por outras ilhas da Baía de Guanabara, por ocasião das festividades religiosas, visitava Praia Grande, tendo sido muito referida sua estada em São Domingos, após o falecimento de sua mãe, D. Maria. (MARTINS, 2010)

O senso político de D. João, mostrado muitas vezes em seus despachos, revelou-se quando, sendo um dos

mais fracos soberanos da Europa, fora o único que escapara às humilhações pessoais pelas quais Napoleão fizera passar os mais poderosos monarcas do velho mundo: os Bourbon da Espanha e das Duas Sicílias, ludibriados e depostos, restando errantes ou cativos alhures; o poderoso rei da Prússia, também ele expulso de seus Estados. Até mesmo o sacro imperador fora compelido a pedir a paz e, suprema humilhação, entregar a mão de uma sua filha ao aventureiro corso. O autocrata de todas as rússias, o czar, ora tendo que aceitar intimidades em entrevistas memoráveis, ora sendo obrigado a devastar as mais férteis províncias de seu império.

Acerca da partida de D. João para a porção americana de seus domínios, James Prior, contemporâneo aos fatos, lucidamente escreveu:

> A medida da emigração em tempo nos pareceu a todos tão estranha quanto desusada, e tem sido abusivamente comentada, um após outro, por quase todos os políticos da Europa; mas quer se haja originado na timidez ou na fraqueza, provou ser da mais profunda sabedoria política. (PRIOR apud LIMA, 1996, p. 579)

James Prior continuou declarando que, a não ser pela oportuna chegada do governo português ao Brasil, teria ele certamente seguido o exemplo das antigas colônias

inglesas do norte da América, como então o faziam as espanholas. (PRIOR apud LIMA, 1996, p. 579)

É certo que, independentemente dos ministros de Estado do momento, D. João, no velho mundo, nunca deixara de pôr sua confiança na aliança com a Inglaterra. Uma vez, porém, no Brasil, percebeu que se tornara imune às coações das demais potências, e não mais quis sair do Brasil. Talvez por também perceber essa autossuficiência, a Inglaterra, terminada a guerra contra Napoleão, inicia feroz campanha pela volta da sede da monarquia à Europa. Campanha essa sempre repelida com veemência por D. João.

O Imperador D. Pedro e o Rei D. João VI. Jean Baptiste Debret (1839).

BNDigital

D. João resistiu enquanto pôde às manobras diplomáticas da Inglaterra, ao reiterado desejo de Portugal, enciumados por perderem sua posição de autoridade e mando.

Sua confortável estada no Brasil, no entanto, vai se findar abruptamente, não tanto em função da Revolução

Constitucionalista do Porto, de 1820, como usualmente se diz, mas em função da adesão das capitanias brasileiras a ela.

No dia 24 de agosto de 1820, começou um pronunciamento militar na cidade do Porto. A insatisfação com a crise econômica na qual Portugal tinha sido deixado, depois das guerras peninsulares, agravada pelo fim da intermediação lusitana do comércio brasileiro, logo encontrou, na ausência do rei, a justificativa fácil para sua penúria.

Aos 17 de outubro de 1820, chegou ao Rio de Janeiro a notícia da insurreição. Consultados os ministros e conselheiros, vários defendem a partida de algum membro da família real ao reino. D. João resiste. Chega a pensar em salvar o Brasil, abandonando Portugal. Thomaz Antônio de Vila Nova Portugal, ministro de várias pastas e amigo de D. João, entendia que o reino, entregue a si, não teria condições para se sustentar separado do Brasil. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 348)

O conde de Palmela, secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros, em parecer datado aos 27 de janeiro de 1821, diz ser impossível ignorar a revolução e criar um império no Brasil, como propunha Vila Nova Portugal. Palmela acreditava que, se nada fosse feito, a revolução atravessaria o oceano e incendiaria o Brasil: Para evitar uma revolução no Brasil, é urgente apagar o incêndio que se ateou em Portugal. (PEDREIRA; COSTA, 2008, p. 350)

Os fatos mostraram que Palmela, um erudito que passara toda sua vida circulando pela Europa, ciente do poder persuasivo dos novos ideais liberais, estava certo.

Aos 10 de fevereiro de 1821, estourou uma rebelião em Salvador, declarando-se unida às convocadas cortes de Lisboa. Falhava, assim, a estratégia de Thomaz Antônio de Vila Nova Portugal, que era o de manter o Brasil a salvo de contágios revolucionários.

As medidas tomadas para conter a propagação da revolução revelaram-se todas infrutíferas. Por fim, no próprio Rio de Janeiro, as tropas portuguesas lá aquarteladas insubordinam-se. Forçam o rei a jurar que a constituição seria escrita e que ele voltaria a Lisboa.

Após treze anos sediando a corte, grupos fluminenses viram o retorno de D. João a Portugal como uma possível ameaça à sua prosperidade, bem como ao prestígio político que alcançaram, sobretudo após a elevação do Brasil à condição de Reino Unido de Portugal e Algarves. O regresso do rei mobilizou os interesses e a opinião pública.

Além do intenso debate público, revelado em folhetos impressos desde 1820, defendendo a permanência do rei no Rio de Janeiro, cartas e representações lhe são enviadas mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao reino.[62] Nesse sentido, é exemplar a Representação da Corporação dos Ourives e Mercadorias de Metais e Pedras Preciosas e a do Corpo do Comércio da Corte, que reproduziam o mesmo tom.

62 Carta anônima dirigida a D. João VI, mostrando-lhe os inconvenientes do seu regresso ao Reino. (MARTINS, 2010)

Os comerciantes eram incisivos na declaração de que Portugal pouco valia e pouco podia por si só e, para reforçar a permanência da sede da monarquia no Rio de Janeiro, advertiam que a partida do rei provocaria guerras e a independência.[63]

A arquiduquesa D. Leopoldina, a rainha Carlota e a imperatriz D. Amélia (2ª esposa de D. Pedro). Jean-Baptiste Debret (1839). *BNDigital*

63 Representações dirigidas a D. João VI, pedindo a sua permanência no Brasil, pela Câmara Municipal da Corte, negociantes proprietários, Corporação dos Ourives e habitantes do Rio de Janeiro. (MARTINS, 2010)

Na representação dos Habitantes do Rio de Janeiro a D. João VI pedindo sua permanência no Brasil, datada de 1821, aparecem como signatários figuras proeminentes que se destacavam por sua erudição dentre um grande número de sacerdotes, professores régios, advogados, militares, comerciantes e cirurgiões. Nela defendia-se a ideia de ser o Rio de Janeiro a sede natural do império lusitano. Chegavam a lembrar a fundação, na Rússia, da nova capital, São Petersburgo, que substituíra Moscou. Por fim, argumentavam que, para a manutenção dos três reinos, o trono não precisava estar na Europa.

Ismênia de Lima Martins realça que, naquela representação, a palavra amor aparece três vezes. Na abertura do documento, os signatários se declaram "cheios de amor". Adiante, afirmam que suas representações "são filhas do mesmo amor". No final, reforçam sua demanda, dizendo ser "um pedido com amor". Ainda que a retórica utilizada fosse aquela de súplica, nos moldes do antigo regime, nenhum termo familiar ao vocabulário deste estilo – louvor, respeito, submissão, etc., aparece tantas vezes quanto a palavra amor! (MARTINS, 2010)

É indubitável que D. João desejava permanecer no Brasil, terra a qual se aclimatara perfeitamente e onde se sentia confortável. Com a convocação das Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa, D. João chegou a determinar a partida de D. Pedro para Lisboa, como um seu representante junto a elas. D. Pedro gostou da ideia

de passar a ter um protagonismo político. Entrementes, D. Leopoldina encontrava-se em adiantado estado de gravidez e se recusou, terminantemente, a aceitar a partida de seu marido, chegando a ameaçar também partir, ainda que cladestinamente, para Lisboa assim que D. Pedro partisse.

Diante da obstinação de sua nora em não aceitar a separação de seu marido, no que depois foi acompanhada pelo próprio D. Pedro, e diante da urgência que se fazia a presença de algum membro da família real em Portugal, D. João foi constrangido a aceitar sua volta à Europa.

Assim sendo, D. João respondeu a todos os manifestos que solicitavam sua permanência no Brasil através de uma proclamação em que comunicou seu retorno a Portugal. Os termos da proclamação revelam todo o seu pesar, *in litteris:*

> Exige a escrupulosa religiosidade com que Me cumpre preencher ainda os mais árduos deveres, que Me impõe o prestado Juramento, que Eu faça ao Bem Geral de todos os Meus Povos hum dos mais custosos sacrifícios de que he capaz o Meu Paternal e Régio Coração, Separando-Me pela segunda vez de Vassallos, cuja memória Me será sempre saudoza, e cuja prosperidade jamais cessará de ser em qualquer parte hum dos mais assíduos Cuidados do Meu Paternal Governo.

> Cumpria pois que cedendo ao dever, que Me impôz a Providência, de tudo sacrificar pela felicidade da Nação, Eu resolvesse, como Tenho Resolvido, transferir de Novo a Minha Corte para a Cidade de Lisboa, antiga Sede e berço original da Monarquia. (MARTINS, 2010)

Na despedida aos brasileiros, o rei relembra a dor de ter deixado seus vassalos em Portugal. Neste caso, porém, a permanência do príncipe herdeiro, D. Pedro, impede o sentimento de orfandade e abandono.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De qualquer maneira, D. João VI marcou de forma indelével a história luso-brasileira, fato que repercute até o presente, e cujo ápice de seus treze anos de governo no Brasil foi a sua aclamação ao trono, cujos duzentos anos estamos comemorando.

A vitoriosa Revolução Liberal do Porto convocara as Cortes Gerais e Extraordinárias da Nação Portuguesa como sendo a panaceia de todos os problemas econômicos pelos quais Portugal passava. Uma de suas primeiras providências fora intimar D. João a voltar a Lisboa. No entanto, uma vez lá chegando, D. João foi imediatamente afastado da administração pública.

Embriagadas pelo poder, e completamente desprovidas de qualquer visão maior do estado do reino unido, as cortes de Lisboa caíram na tentação de fazer voltar o *status quo ante*. Retroceder o relógio do tempo. Em outras palavras: procuraram destruir toda a obra legislativa e administrativa de D. João na América.

A reação não se fez por esperar e, por fim, foram rompidos os laços institucionais que ligavam os dois lados do Atlântico.

D. João VI enfrentaria ainda uma série de dissabores até sua controvertida morte em 9 de março de 1826, envenenado por arsênico.

Em 1823, D. Miguel, por meio da Vilafrancada, destruiria o regime constitucional, voltando a impor o absolutismo. D. João evitou aderir ao movimento, só o fazendo quando concluiu que tanto D. Miguel quanto D. Carlota Joaquina, visavam substituí-lo no trono.

A sagacidade política, pouco reconhecida, fez com que D. João se posicionasse à testa da Vilafrancada, evitando que sua coroa fosse arrebatada por D. Miguel, um absolutista ferrenho.

Retornando ao regime absoluto, para desfazer-se do juramento constitucional que se vira constrangido a fazer, optou-se por nova aclamação. Assim sendo, D. João VI foi o único monarca português aclamado duas vezes.

D. Miguel, incitado por sua mãe, tentaria novo golpe de força, para pressionar D. João a lhe ceder a coroa. Será o malogrado Golpe de 1824, que ficará conhecido como "Abrilada".

Vencida sua segunda insurreição, D. Miguel é exilado, e D. João procura recompor-se com o Brasil e, por conseguinte, com D. Pedro, seu filho mais velho. D. João sempre acreditou ser possível a renovação dos vínculos do reino unido, nem que fosse em uma união pessoal das duas coroas na cabeça de um só soberano.

O Tratado do Rio de Janeiro de 29 de agosto de 1825, por meio do qual D. João aceitava a independência do Brasil, mas assumia o título de imperador do Brasil, simultaneamente a seu filho, não resultou no fim de seu

projeto de retorno ao um reino unido. Tanto que D. Pedro continuou a ser o príncipe herdeiro do trono lusitano.

Em março do ano seguinte, 1826, D. João cai doente. Fora envenenado, segundo exame toxicológico efetuado em suas vísceras no ano 2000.

Seu projeto de união dinástica chegou a se concretizar, por poucos dias, quando D. Pedro, imperador do Brasil, assumiu o trono português como D. Pedro IV.

Reconhecendo a inviabilidade da união das duas coroas, D. Pedro logo abdicou à coroa portuguesa em favor de sua filha mais velha, nascida no Brasil, D. Maria da Glória, que viria a ser D. Maria II de Portugal.

REFERÊNCIAS

REFERÊNCIAS

ACIOLY, Hildebrando. **Primeiros núncios no Brasil**. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949

BARROSO, Gustavo (Org.). **Uniformes do Exército Brasileiro.** Rio de Janeiro: H Paris, 1922.

CASTRO, Armando de; ALMODOVAR, Antônio (Org.). **Obras completas de José Acúrsio das Neves**. Porto: Edições Afrontamento, 1810. v. I.

CUNHA, Luiz da. **Instruções política:** 1736. Lisboa: A. Diniz Silva, 2001.

DEBRET, Jean-Baptiste. **Voyage pittoresque et historique au Brésil, ou Séjour d'un artiste français au Brésil, depuis 1816 jusqu'em 1831.** Paris: F. Didot Frères, 1854.

EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro no tempo dos vice-reis:** 1763-1808. Brasília: Senado Federal, 2000.

FRANCO, Francisco Soares. **Reflexões sobre a conducta do príncipe regente de Portugal.** Coimbra: Real Imp. da Universidade, 1808.

HERMANN, Jacqueline. Aclamação. In: VAINFAS, Ronaldo; NEVES, Lúcia Bastos Pereira das (Org.). **Dicionário do Brasil Joanino:** 1808-1821. Rio de Janeiro: Objetiva, 2008.

KOBAYASHI, Sérgio. **Hipólito José da Costa e o Correio Braziliense.** Brasília: Correio Braziliense, 2002.

LENORMAND, Marie-Anne Adélaide. **Histoire de Jean VI, roi de Portugal, depuis sa naissance jusqu'a sa mort, en 1826, avec des particularités sur sa vie privée et sur les principales circonstances de son règne.** Paris: Ponthieu et Compagnie Libraires, 1827.

LIMA, Manoel de Oliveira. **D. João VI no Brasil.** 3ª ed. Rio de Janeiro: Topbooks, 1996.

MARTINS, Ismênia de Lima. Dom João: príncipe regente e rei, um soberano e muitas controvérsias. **Revista Navigator**, v. 6, n. 11, p. 24-42, 2010.

PEDREIRA, Jorge; COSTA, Fernando Dores. **D. João VI:** um príncipe entre dois continentes. São Paulo: Cia. das Letras, 2008.

SANCTOS, Luiz Gonçalves dos. **Memórias para servir à história do reino do Brazil:** divididas em três épocas; da felicidade, honra e gloria; escriptas na Corte do Rio de Janeiro no anno de 1821. Tomo II, Lisboa: Impressão Régia, 1825, pág. 211.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. **História de Portugal.** 2ª ed. Lisboa: Verbo, 1979.

SILVA, Maria Beatriz Nizza da. **A Gazeta do Rio de Janeiro:** 1808-1822. Rio de Janeiro: Ed. da Uerj, 2007.

WILCKEN, Patrick. **Império à deriva:** a Corte Portuguesa no Rio de Janeiro, 1808-1821. São Paulo: Objetiva, 2005, págs. 15 e 16.

edições **câmara**
LEGADO